



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 61ª
(SEXAGÉSIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 12 DE AGOSTO DE 2008.

69

142

211 bandas

Fotocópia conferida no DCE 15-163 de 12/09/08
Scribidor André Matrícula 193937



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 1 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 2 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 155, de 02/09/2008, juntamente com a ata sucinta da 61ª Sessão Ordinária.)

Solicito ao Sr. Secretário, Deputado Wilson Lima, que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

Antes, porém, quero fazer uma saudação às pessoas das galerias, em especial aos trabalhadores do transporte público de Brasília que se encontram aqui para a continuação da discussão em defesa do transporte e do emprego no DF.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
5ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2007/2010

| DEPUTADO (A) | PRESENTE | AUSENTE | LICEN. |
|--------------------------------|----------|---------|--------|
| BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | X | | |
| BENÍCIO TAVARES - PMDB | X | | |
| BERINALDO PONTES - PP | | X | |
| BISPO RENATO - PR | | X | |
| BRUNELLI - DEM | | X | |
| CABO PATRÍCIO - PT | | X | |
| CHICO LEITE - PT | | X | |
| CRISTIANO ARAÚJO - PTB | X | | |
| DOUTOR CHARLES - PTB | X | | |
| ELIANA PEDROSA - DEM | | X | |
| ÉRIKA KOKAY - PT | | X | |
| EURIDES BRITO - PMDB | X | | |
| JAQUELINE RORIZ - PSDB | | X | |
| LEONARDO PRUDENTE - DEM | X | | |
| MILTON BARBOSA - PSDB | X | | |
| PAULO RORIZ - DEM | | X | |
| PAULO TADEU - PT | X | | |
| PEDRO DO OVO - PMN | | X | |
| RAIMUNDO RIBEIRO - PSL | | X | |
| REGUFFE - PDT | X | | |
| ROBERTO LUCENA - PMDB | | X | |
| ROGÉRIO ULYSSES - PSB | | X | |
| WILSON LIMA - PR | X | | |
| ALÍRIO NETO - PPS | X | | |
| TOTAL | 11 | 13 | |

SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 3 |

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Estão presentes 11 Deputados, havendo, portanto, *quorum* para o Pequeno Expediente, os Comunicados de Líderes e os Comunicados de Parlamentares.

Aproveito a oportunidade para saudar o Bloco Social Trabalhista, que ora se denomina como bloco dos excluídos.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, pessoal da galeria, imprensa, boa-tarde.

Venho a esta tribuna, na tarde de hoje, para falar de uma coisa muito simples e óbvia, mas que parece ser desassistida pelo Governo e pelas pessoas que têm responsabilidade pública. Quando se liga para o SAMU numa emergência, ele tem demorado muito para chegar. Quem tem uma emergência em sua casa e precisa do serviço público de emergência, no desespero, pega o telefone e disca 192, para o SAMU, ou 193, para o Corpo de Bombeiros. Na hora do desespero, a pessoa liga para todo mundo.

Ontem morreu uma pessoa porque o SAMU demorou a chegar. Porque ele demorou a chegar? Simples, porque todos ligam para os dois serviços de emergência. São duas viaturas e duas ambulâncias que seguem para o mesmo local. Quem chegar primeiro leva o paciente. E a outra ambulância, a outra equipe também vai para o mesmo local. Isso é uma coisa simples e óbvia. É só o Governo fazer uma interface, uma interligação dos dois serviços, do SAMU com o Corpo de Bombeiros. Quem estiver mais perto vai atender, e a outra ambulância vai atender em outro local. Com isso, dobra-se o número de atendimentos.

É inacreditável e inaceitável que até hoje, desde que se instalou esse tipo de serviço, ainda não tenha uma interface dos dois. Poderíamos dobrar o número de atendimentos. Se acontecer uma emergência na casa de uma pessoa - tomara que não aconteça -, no desespero, a pessoa ligará para os dois serviços de emergência, para ver quem chega primeiro. E as duas equipes se dirigirão para o mesmo local. As duas gastarão gasolina para o mesmo local. Isso é uma coisa óbvia, tão óbvia que eu não sei como ninguém não resolveu ainda. É só fazer uma interface dos dois serviços, com a mesma rádio de comunicação. Isso é uma coisa simples que melhoraria o atendimento de emergência no Distrito Federal.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 4 |

Assim como esse, temos vários outros problemas na cidade que não são resolvidos porque falta vontade para resolvê-los. Às vezes, parece que se governa pensando em outras coisas e não em resolver os problemas objetivos da população.

Além disso, volto a falar do meu projeto que trata da farmácia *on-line*. Nada mais óbvio do que garantir ao contribuinte o seu direito de saber por quanto o Governo compra cada remédio. Por que não haver um *site* transparente, honesto e claro, que possa o contribuinte acessar em casa ou num terminal de computador na emergência do hospital a fim de saber por quanto o Governo compra cada remédio? Assim, o contribuinte poderá fiscalizar como está sendo gasto o seu dinheiro. O contribuinte poderá chegar a uma farmácia e verificar se o Governo comprou bem ou mal determinado medicamento. Poderá ver que, como o Governo comprou um remédio em grande quantidade, não poderia ter comprado pelo preço que comprou. Isso incentivaria e despertaria nas pessoas o sentimento de cidadania, a vontade de fiscalizar os gastos públicos, a vontade de saber como seu dinheiro está sendo gasto. Faço esse apelo ao Governo.

Fui eleito Deputado e penso que as pessoas que têm responsabilidade pública devem tentar melhorar a vida da população. É para isso que serve um Deputado. Essas são idéias simples que melhorariam algumas coisas.

Poder-se-ia fazer também controle de estoque informatizado. Esse sistema poderia informar quantos comprimidos de cada remédio existem em locais específicos. Toda vez que um comprimido saísse, haveria o nome da pessoa física que o retirou. Isso acabaria com o desvio de remédios pelos médicos – alguns médicos levam remédios de hospitais públicos para os seus consultórios particulares –, ajudaria um controle interno sobre o estoque de remédios e ajudaria a população a saber como o seu dinheiro está sendo gasto. Isso é um direito da população e de todo contribuinte que paga seus impostos regularmente.

Penso que são idéias simples que melhorariam a situação perversa e desastrosa que estamos vivendo na saúde pública do Distrito Federal. Nos hospitais públicos, no sábado e no domingo, só a emergência funciona. Com tantos problemas na saúde pública, por que só funciona a emergência? Isso corresponde a apenas 30% do tempo. Há três mil pessoas no Distrito Federal esperando uma cirurgia de vesícula. Por que não realizar um mutirão de cirurgias de vesículas nos finais de semana? Por que não dar mais agilidade e desburocratizar o serviço público? Por que não fazer com que a população sinta que o dinheiro dos impostos está sendo revertido para ela?

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Obrigado, Deputado Reguffe.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 5 |

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, assessores, as pessoas querem saber o que significam exatamente aquelas placas. Eu gostaria que o Líder de Governo estivesse aqui para ouvir as minhas palavras.

O Bloco Social Trabalhista é composto por PTB e PSDB. É integrado por quatro Deputados; então, o bloco possui quatro votos nesta Casa. Quando o Governador enviou para esta Casa o Dr. Geraldo Maciel, eu e a maioria dos Parlamentares da base tivemos a esperança de que S.Exa. viesse até nós para realizar uma agregação política, "ciscar para dentro", como diz um ditado político, mas S.Exa., pelo que me consta, está fazendo o contrário. Domingo, houve uma reunião na casa do Dr. Geraldo. Acreditamos que, nesta reunião, só havia chefes. Nela, estava o Governador, e S.Exa. quer convencê-lo de que a base é formada somente de 14 ou 15 Deputados. O bloco do qual sou integrante não foi convidado. O Deputado Cristiano Araújo foi contatado antes, mas não esteve lá, como também não esteve no almoço.

O Sr. Geraldo Maciel e, no caso, o Governador estão equivocados. Não é assim que se faz agregação política: segregando alguns, separando e excluindo outros. Por isso, a placa está ali. É um erro político fazer isso.

Eu dizia hoje ao Presidente do meu partido, Sr. Márcio Machado, que também esteve lá, que não tenho receio nenhum de isolamento. Estão querendo cooptar membros do bloco para que a balança da sustentabilidade parlamentar seja mantida. Não é por aí! Vejam os votos dos membros do meu bloco. Vão cair do cavalo ao constatar que o meu bloco é um dos mais fiéis nas votações, mas é fiel criticando, dizendo aquilo que deve ser dito, como estou fazendo agora. Estou me colocando à disposição de quem quiser. Quem quiser pode me isolar. Não há problema, vou sozinho, mas não aceito, como Líder do bloco, como Parlamentar, esse tipo de tratamento e não o aceitarei nunca! Direi o que penso.

Não era preciso estarmos na reunião que foi realizada na calada da noite. Não era preciso que eu nem o Deputado Cristiano Araújo, nem o Deputado Dr. Charles, nem outros Deputados que não foram convidados estivéssemos lá. Bastava a elegância de nos avisar da reunião. Não custa nada ter educação e elegância. O que não pode acontecer é destacar um cidadão para cá com a finalidade de unir a base, e esse mesmo cidadão colocar o Governador num caminho que ninguém sabe qual é. Eu não sei.

Um voto vale muito; os votos daqui valem muito, mas um voto bem dado, não o voto de cabresto, como querem fazer com os Parlamentares. Voto de cabresto, não! Nem os suplentes – nada contra os suplentes; pelo contrário, são figuras belíssimas – devem se sujeitar a isso. E mais: eu também seria o rei da governança se governasse só com suplente. É essa cultura que existe.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 6 |

Quero deixar esse protesto e me solidarizar com meu bloco inteiro e, em especial, com o Deputado Dr. Charles, que está sendo ignorado na área de saúde. Fiz uma brincadeira com S.Exa., que não a entendeu. Depois é que caiu a ficha. Eu disse que S.Exa. fosse Secretário-Adjunto de uma determinada figura que foi convidada para o cargo em detrimento do Deputado. Estaremos com o Deputado Dr. Charles e com a maioria dos Deputados, que são homens de bem; são pessoas interessadas na causa pública e não estão olhando para o próprio umbigo. Temos que olhar para o umbigo dos outros, dos que estão procurando emprego, procurando manter suas famílias.

Era isso, Deputado Paulo Tadeu, o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

O Deputado Cabo Patrício pediu para se pronunciar ao final dos Comunicados de Líderes, e esta Presidência acatou a sua solicitação.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como fui citado, eu gostaria de esclarecer ao Deputado Milton Barbosa que o Governador e esta Liderança têm um profundo respeito e admiração não só pelo Deputado Milton Barbosa, mas também pelos Deputados Dr. Charles, Jaqueline Roriz e Cristiano Araújo, em especial.

Sr. Presidente, todos os Deputados foram convidados para o almoço em Águas Claras em que houve a reunião da base do Governo. Tenho inclusive o nome das pessoas que receberam os convites da Assessoria do Governador e do meu gabinete. O Deputado Cristiano Araújo, quando recebeu o convite, estava ao meu lado. Dessa forma, o encontro da base do Governo não excluiu nenhum Deputado, muito menos os Deputados Milton Barbosa, Dr. Charles, Jaqueline Roriz e Cristiano Araújo. Aliás, recebi por parte dos Deputados Cristiano Araújo e Dr. Charles as justificativas de suas ausências, mas não recebi as justificativas do Deputado Milton Barbosa e da Deputada Jaqueline Roriz.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Leonardo Prudente disse uma mela verdade. Eu me referi à reunião do Sr. Geraldo Maciel. Eu fui convidado para o almoço, não fui a ele nem dei satisfação a ninguém porque achei que não deveria dar, e isso não me foi pedido.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 7 |

Quando S.Exa. vier aqui, que fale a verdade! Não a falseie porque é ruim, principalmente para S.Exa., que é Líder do Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saudar as pessoas que se encontram na galeria: os profissionais da área da saúde que vieram prestar solidariedade e apoio ao Deputado Dr. Charles; os companheiros do transporte do Distrito Federal, sejam das *vans*, do STPA, sejam dos microônibus, até porque esta Casa aprovou com muita tranqüilidade o projeto *Brasília Integrada*, que contou com o apoio da oposição e da base do Governo.

Então, é bom que fique claro a cada um de vocês que a bancada do Partido dos Trabalhadores, composta por mim e pelos Deputados Chico Leite, Erika Kokay e Paulo Tadeu, defende os trabalhadores do Distrito Federal. No entanto, é bom deixar claro também que o Governo precisa tratar essas coisas com muita transparência. E, na semana passada, esta Casa se debruçou na questão do transporte alternativo e ficou a semana toda sendo pressionada pelos companheiros permissionários do STPA.

Talvez os companheiros dos microônibus não saibam que quase quatrocentos ônibus de empresários de empresas de ônibus, de que vocês não fazem parte, estão no sistema de transporte do Distrito Federal sem licitação e sem concorrência, o que é um absurdo acontecer na Capital da República! É um absurdo porque essas linhas de ligação que hoje os ônibus fazem nas empresas Viplan e outras, é bom que fique claro, poderiam estar sendo substituídas por vocês, dos microônibus, das cooperativas que ganharam, como também pelos companheiros do STPA.

Então, há espaço para todos os companheiros trabalhadores, para todo e qualquer trabalhador, desde que haja um processo transparente. Alguém que está na galeria se engana quanto ao Sr. Wagner Canhedo, que há anos e anos usufrui do dinheiro do povo do Distrito Federal com um transporte público caótico, que não atende à sociedade, achando que ele não iria reclamar com a diminuição do preço da passagem de ônibus ou com a retirada de quase cento e sessenta ônibus do sistema de transporte? Será que o empresário, que só visa ao lucro, que nunca contribuiu com o transporte público para a sociedade do Distrito Federal não iria se queixar e reclamar



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 8 |

É importante que vocês, tanto do STPA, como os companheiros das cooperativas dos microônibus, se unifiquem nas lutas para que o transporte de Brasília atenda à sociedade do Distrito Federal e vocês não sejam explorados por ninguém, principalmente por aqueles que hoje estão usufruindo do maior filão do transporte público do DF: as empresas de ônibus.

Sr. Presidente, é bom que isso fique claro porque fica parecendo que é um jogo entre os segmentos, e não é o que acontece aqui no Distrito Federal. Todos vocês são trabalhadores e a bancada do PT vai defender todo e qualquer trabalhador, independentemente do segmento a que pertença!

Esse debate vai nortear as nossas discussões porque, em algum momento, poderemos votar o PDL que derruba a portaria baixada pelo Deputado Federal, Coronel da Polícia Militar e Secretário de Transportes do Distrito Federal, Alberto Fraga, que tratou esta Casa com desrespeito, bem como seus Parlamentares! Foi uma questão institucional. Somos da bancada do PT e fazemos oposição ao Governo, mas somos responsáveis e queremos que vocês tenham emprego, que trabalhem e sustentem suas famílias. Sabemos das dificuldades e temos negociado com o Governo na tentativa de resolver o problema. Agora, não se resolve um problema como esse levando-se em conta a questão política ou a vaidade do Secretário de Transporte. Em vez de perseguir os companheiros que aqui estão e não tratar o transporte de Brasília com transparência, que explicasse, sim, ao Ministério Público e à sociedade de Brasília os seis milhões gastos em munição na Polícia Militar!

Um Estado que compra seis milhões de reais de balas, Sr. Presidente, não trata a sociedade do Distrito Federal com respeito, não prioriza a vida do cidadão do Distrito Federal, porque deveria ter investido, sim, na saúde, que vive uma situação caótica nos hospitais, que sequer têm leitos de UTI! Ou devia ter investido na educação para que tenhamos uma sociedade mais justa e igualitária no Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PAULO TADEU) – Passa-se aos
Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Jaqueline Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores da galeria, assessores e imprensa aqui presentes.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 9 |

É preciso lembrar que governar é contemporizar direitos e não retirar direitos! Governar é escolher prioridades, e a prioridade é o ser humano, a quem se deve atender ou o lucro dos especuladores daqueles que sempre tiveram as benesses do poder?

Refiro-me, Sr. Presidente, não apenas ao descaso com a saúde e à terceirização, que tira os problemas da saúde da responsabilidade do Estado e transfere à iniciativa privada, que tem outra lógica, a lógica do lucro! E saúde não tem preço, Sr. Presidente. Refiro-me também, colegas Parlamentares, Deputada Eurides Brito, Deputado Roberto Lucena, Deputado Cristiano Araújo, ao fato de o Governo, aqui e ali, querer resolver os problemas, quando os assume, sem conversar com as categorias, sem debater com os interessados, deixando de fora o elemento humano, que é sempre o mais importante. Governar é valorizar o elemento humano sobremaneira! É não deixar a mesa do pai de família sem as refeições, não deixar o cidadão sem o remédio, não deixar o trabalhador sem o trabalho, sinônimo de dignidade.

Sr. Presidente, quero fazer um registro lamentável: a demissão do Dr. Palhares registrada no Diário Oficial de ontem. Aqui não quero entrar na discussão da demissão feita pelo Diário Oficial, sem comunicação pessoal, sem fundamento funcional, nem no fato de o Dr. Palhares ser um homem de convicções políticas sérias e afirmadas, homem comprometido com o interesse popular. Quero dizer que o Dr. Palhares, quando assumiu o IBAMA, teve de combater o parcelamento irregular do solo. Ele jamais licenciou sem ter em mente o interesse da população, das matas ciliares, dos mananciais, do trabalhador que não faz da terra objeto de lucro. Nós que somos defensores da cidade estamos em pé de guerra. Entendemos que na direção do IBAMA deve estar alguém que defenda o patrimônio público do Distrito Federal. O cargo não pode ser ocupado por alguém que substitua o interesse coletivo pelo interesse meramente individual. Não pode ser alguém que aceita os interesses dos especuladores, travestidos seja lá do que for, uniformizados seja de que causa hipotética for. A defesa do interesse público e coletivo deve prevalecer. O Dr. Palhares sempre significou isso, não só para nós do Partido dos Trabalhadores, mas para todos os que pensam suprapartidariamente na cidade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desde ontem, o Presidente do Partido dos Trabalhadores, Chico Vigilante, o Líder do PT nesta Casa, Deputado Cabo Patrício, têm envidado esforços no sentido da manutenção do Dr. Palhares. Isso está acima de qualquer bandeira. Não se trata apenas da bandeira do Partido dos Trabalhadores, mas também de quem defende o patrimônio público do Distrito Federal contra os grileiros, contra os aproveitadores, contra os que fazem da terra instrumento eleitoral ou instrumento de lucro em detrimento da qualidade de vida do povo do Distrito Federal. Nós, os defensores da cidade, estamos em pé de guerra até que se recolque o Dr. Palhares e o que ele significa em defesa do Distrito Federal.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 10 |

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES (PTB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Alírio Neto, quero saudar V.Exa. e os demais Deputados e Deputadas aqui presentes, todos os trabalhadores da galeria, a imprensa e as demais pessoas.

Eu gostaria de começar meu discurso parabenizando a atleta Ketleyn Quadros pelo excelente desempenho na conquista da primeira medalha olímpica no judô feminino e da primeira medalha olímpica feminina do País no esporte individual. Estamos muito orgulhos disso, assim como Ceilândia está.

Eu também queria tocar em um assunto que me chama a atenção. Fiz todo o possível para ajudar a saúde do Distrito Federal. Infelizmente a situação chegou ao limite. Fui parceiro quando indiquei o subsecretário de vigilância à saúde, único setor com funcionamento aprovado pela população e que gerou mídia positiva para o Governo do Distrito Federal na área da saúde.

No entanto, apesar de todos os esforços da equipe altamente competente do Dr. Joaquim, o serviço não vem sendo desenvolvido de forma satisfatória, fato que levou o Dr. Joaquim e todo o seu grupo a entregar, de forma irrevogável, as funções que exercem. Para mim também isso foi a gota d'água.

No domingo, Dia dos Pais, fui visitar a filha de um amigo meu no Hospital Regional de Taguatinga e vi de perto, mais uma vez, como estão sendo tratados os cidadãos do Distrito Federal na área da saúde. Fiz questão de ver se o atendimento do balcão estava funcionando. Observei que, da consulta até os exames laboratoriais e o raio X, nada funcionava naquele hospital no Dia dos Pais.

Confesso a vocês que com mais de vinte anos de profissão na área da saúde nunca deparei com um estado daquele, pessoas atendidas dormindo no chão do hospital. Nunca vi tanto descaso com a saúde do Distrito Federal.

Ao invés de soluções, o que temos na saúde hoje são problemas, descaso, desrespeito com a vida humana. Essa é uma situação caótica implantada por uma política equivocada na área de saúde do Distrito Federal, que, em detrimento dos profissionais de saúde, opta inicialmente por um engenheiro civil para gerir a área de saúde da nossa cidade. Agora fala-se em nomear um bancário de profissão para o seu lugar. Não tenho nada contra os bancários, muito menos contra o Deputado Augusto Carvalho, um Parlamentar de excelência, referência na política não só do Distrito Federal mas do Brasil, a quem respeito muito, nosso amigo particular. O convite, segundo o Sr. Governador, tem o intuito de ser transparente, moral e sem corporativismo. Concordo! A saúde clama realmente por moralidade e transparência.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 11 |

Em relação ao corporativismo, é bastante questionável, visto que nosso último secretário não era da classe, e nem por isso desenvolveu um bom trabalho.

Os profissionais da saúde estão trabalhando sem quaisquer condições que assegurem a dignidade do exercício profissional, pois faltam equipamentos, pessoal de apoio e medicamentos. Isso não pode continuar, a saúde é direito constitucional do cidadão.

Sou um Deputado Distrital que representa não só meus eleitores, mas também todos os cidadãos do Distrito Federal e, como tal, não posso conviver com essa situação de penúria que vive cada cidadão que precisa de serviço de saúde pública no Distrito Federal. Sei que o Governo Lula tem repassado os valores previstos, fato esse fiscalizado pelo meu partido no Senado Federal, mas lamentavelmente o Distrito Federal não tem cumprido com sua parte.

Não posso deixar de registrar os motivos que levaram o Subsecretário de Vigilância à Saúde, Dr. Joaquim, a apresentar a renúncia de seu cargo, em caráter irrevogável.

Vou ler a carta rapidamente:

"Exmo. Sr. Dr. Charles, Deputado Distrital.

Sr. Deputado Distrital, há exatamente um ano, V.Exa. nos delegou a missão de colaborar na gestão de saúde do Distrito Federal, particularmente na vigilância à saúde.

Foram tempos difíceis, mas hoje, ao olharmos para trás, temos a grata sensação de que cumprimos a nossa missão além do que nos foi solicitado, pois as condições de trabalho eram desoladoras. Faltava tudo! Não havia uniforme para identificação dos agentes de campo, bolsas para transporte do material utilizado nas visitas domiciliares, veículos, motocicletas, recursos humanos... E além de tudo, não havia motivação.

Caro Deputado, derrotar o *Aedes aegypti* foi muito mais fácil que vencer as barreiras da burocracia ou do descompromisso, pois, para vencer o mosquitinho, contávamos com profissionais abnegados, que não se dobravam com as dificuldades operacionais. Todavia, não tínhamos armas eficientes para dizimar a má-vontade, a omissão e o despreparo de alguns.

Pela primeira vez na história do DF, depois que assumimos, ficamos os primeiros sessenta dias sem nenhum caso confirmado de dengue. Isso é uma marca inédita no Distrito Federal!

Mas pasmem! Fomos nocauteados pela inépcia do sistema. Elencamos abaixo algumas breves considerações acerca da atual situação da Subsecretaria de Vigilância à Saúde: retirada de, aproximadamente, 240 servidores da FUNASA — não sei como vamos trabalhar desse jeito, sem 240 servidores —; suspensão do serviço



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 12 |

do Núcleo de Respostas Rápidas, com a não-autorização de pagamentos de horas extras; dificuldade na execução de diversos convênios por uso da verba de forma diversa da destinada, tal como o VIGISUS e o Teto Financeiro, que foi utilizado durante muito tempo para o pagamento de agentes de vigilância; desarticulação do Laboratório Central de Saúde, que foi o segundo maior do Brasil e hoje não funciona, não existe.

Então, preocupados com tudo isso, com essas ações, realmente não conseguimos mais trabalhar e colocamos o cargo à disposição. Agradecemos a confiança e nos colocamos à sua disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Dr. Charles, já lhe concedi dois minutos seguidamente, mas vejo que V.Exa. trouxe algumas pessoas para acompanhar a sessão. Pedirei autorização aos companheiros para lhe conceder cinco minutos mais para concluir seu discurso. (Pausa.)

Concedo mais cinco minutos ao Deputado Dr. Charles.

DEPUTADO DR. CHARLES – Agradeço muito, V.Exa. está realmente, de forma democrática, ao lado do povo.

Recebemos uma carta da emergência do Hospital de Taguatinga, dizendo que não há condições de se trabalhar daquele jeito, com a superlotação, com todos os exames laboratoriais faltando, com os aparelhos de raios X todos quebrados. A superlotação no pronto-socorro não tem condições. Está aqui para quem quiser ver.

No Programa Família Saudável só estão funcionando hoje 74 equipes, sendo apenas 28 completas, o que vai contra as determinações do Ministério da Saúde. Quando saí do PSF, deixei 220 equipes funcionando, sendo 10 multidisciplinares. A situação — pasmem, senhoras e senhores! — vai ficar ainda muito pior, porque serão demitidas mais 800 pessoas da área de saúde, com contrato, como já vínhamos avisando há dois anos que iria acontecer.

Outro absurdo: fiquei sabendo, pelos conselheiros de saúde, que, em vez de aplicar os recursos da saúde no necessário, o Sr. Secretário está convidando os conselheiros para viajarem a São Paulo, por conta da Secretaria de Saúde, para conhecerem as terceirizações que estão dando certo. Parabenizo os conselheiros que não aceitaram dessa maneira, mas aceitaram ir com esse convite desde que fosse para conhecer as ações bem sucedidas do SUS.

Fico estarecido ao ver que, em vez de comprarem material cirúrgico essencial e barato, como gaze, estão sendo adquiridos para todas as unidades de saúde equipamentos — quero que prestem atenção a isso — de reprografia, praticamente inúteis! Inicialmente foram compradas 410 máquinas de última geração, e hoje a quantidade ultrapassa 1.075 máquinas, com gastos superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) por mês, R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 13 |

reais) por ano! Em uma única unidade de saúde, encontram-se 59 máquinas de reprografia!

O Hospital de Taguatinga tem mais máquinas de xerox do que o Banco Central! Toda a população de Taguatinga, se quiser tirar xerox, pode ir ao Hospital de Taguatinga, mas se precisar de remédio não deve ir porque lá não tem. Se precisar de remédio, não tem! A reprografia está custando R\$ 0,13 (treze centavos) lá. Vocês sabem que, com grande quantidade, até por R\$ 0,04 (quatro centavos) nós achamos.

Com esses recursos – pasmem, Srs. Deputados! – dava para atender milhares de pessoas na atenção básica. O Deputado Milton Barbosa falou sobre uma reunião de que não participamos.

O Sr. Geraldo Maciel, quando foi Secretário de Transportes, foi uma negação; como Secretário de Saúde, levou a área de saúde à bancarrota, ao caos total – nunca a saúde esteve tão mal assim; no entanto, ele foi considerado “supersecretário”. Agora estou sabendo que para ser Secretário, para participar deste Governo, tem que ser incompetente.

Não quero me alongar, embora tenha denúncias para enumerar toda a tarde, se tivéssemos tempo. Mas, a partir de hoje, comunico a todos que coloco o telefone do meu gabinete à disposição – 3966-8216 – e o meu site para servir de disquedenúncia, para que o cidadão tenha voz e possa, pelo menos, falar das mazelas que estão acontecendo na área de saúde.

Começarei junto com a Frente Parlamentar de Saúde daqui. Convido a todos para que possamos ir a todos os hospitais verificar *in loco* as questões da saúde, porque a saúde do povo não pode ser fonte de apadrinhamento político e administrativo, nem fonte de descaso, como vem ocorrendo. A imprensa publicou: furto de acetona na farmácia central, o qual a Procuradoria está investigando. Será por quê? Para que serve a acetona?

Para terminar, quero lembrar a todos os presentes o seguinte: eles podem fazer algumas ações contra este Parlamentar que está falando – como aconteceu com o nosso Presidente, como aconteceu com o Deputado Paulo Roriz –, mas cada vez que fizerem isso, mais virei a esta tribuna, mais irei trabalhar e fazer oposição. E aí iremos mostrar as coisas necessárias.

Sr. Presidente, mais uma vez, muito obrigado por tudo. Reconheço a forma democrática como V.Exa. vem conduzindo esta Casa, por isso lhe tenho maior respeito e consideração.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa-tarde a todos.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 14 |

Somo-me, neste momento, à intervenção do companheiro Deputado Chico Leite em defesa do companheiro Palhares, que tem uma história e uma luta desenvolvidas. Ele foi tratado de maneira desrespeitosa pelo Ministro do Meio Ambiente e pelo Governo Federal.

Sou aliado do Governo Federal, mas não posso me esconder nessa aliança e deixar de criticar quando o Governo erra, porque essa é a postura de um Parlamentar que se coloca como representante do povo. Sendo aliado ou não, temos que ter a capacidade de criticar quando o Governo erra. E o Governo errou feio com o IBAMA e com o companheiro Palhares.

Com relação ao transporte, percebi, nesta manhã e nesta tarde, a presença entre nós de trabalhadores que fazem parte do Brasília Integrada, mais precisamente dos microônibus, porque os demais trabalhadores já estão aqui há pelo menos uma semana, lutando pela volta ao trabalho.

Tenho certeza absoluta de que trabalhador não quer ver trabalhador desempregado. Tenho certeza absoluta de que os trabalhadores que estão aí de verde, os trabalhadores dos microônibus querem trabalhar e querem, também, que os outros trabalhem. Não é isso? Pois bem, é isso que também defendemos. O PT defende emprego para todos os trabalhadores. O que não posso assistir calado é à manipulação de jogar trabalhador contra trabalhador, enquanto os empresários de ônibus acumulam o monopólio do transporte público de Brasília.

Hoje, o sistema de bilhetagem automática, Sr. Presidente, está nas mãos dos empresários. Então, as cooperativas dos microônibus, que hoje estão rodando no sistema de transporte público, correm o risco de sofrer um grande calote dos empresários de ônibus que cobram R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para colocar no microônibus a catraca eletrônica e todos os procedimentos de compensação. Esse sistema é controlado hoje pela empresa Fácil, que pertence aos empresários de ônibus que prejudicam os estudantes e a população dessa cidade, de uma maneira geral.

Então, cuidado com o esquema de manipulação nas mãos dos empresários, porque eles não querem nem vocês dos microônibus, nem o pessoal do STPA. Eles querem acumular tudo nas mãos deles.

Em nenhum momento, os trabalhadores do STPA, excluídos do sistema, disseram que querem que vocês saiam do emprego. O que eles querem é trabalhar como vocês que estão trabalhando. Portanto, não sejam manipulados pelos empresários de ônibus e por pessoas que agem de má fé!

Vamos continuar lutando aqui, sim, pelo emprego de todos. O que queremos é que haja democratização do transporte público e não a cartelização nas mãos de poucos empresários. Não queremos o monopólio na mão do Sr. Wagner Canhedo e companhia, que sempre prestaram um péssimo serviço para a população, com a cobrança de passagens altíssimas.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 15 |

É um erro vocês se dividirem, porque hoje são eles, amanhã serão vocês. Vocês têm que se unir contra os empresários de ônibus e contra o Governo Arruda, que joga trabalhador contra trabalhador. O que o Governo Arruda faz hoje aqui, Deputado Leonardo Prudente, é uma vergonha porque está jogando trabalhador contra trabalhador.

Eu jamais imaginava ou pensei, Deputado Chico Leite, que o Governador Arruda tivesse a coragem de fazer o que está fazendo, jogando pais de família contra pais de família, enquanto os empresários enchem a conta corrente de dinheiro.

Não posso deixar de falar da questão da Saúde. O Deputado Dr. Charles falou muito bem: "a saúde de Brasília vai de mal a pior". Por quê? Porque também a saúde pública foi entregue nas mãos de poucos empresários, que terceirizaram esse serviço da nossa população. Quantas pessoas se dirigem aos hospitais de Brasília e chegam às nove horas da manhã e são atendidas às dez horas da noite. É uma vergonha a situação da saúde pública de Brasília.

Quero falar aqui aos Parlamentares do Bloco Social Trabalhista que se colocam como excluídos. Aliás, é interessante, Deputado Milton Barbosa, o bloco dos excluídos. Hoje, o Arruda excluiu V.Exas. Ontem, o Governador excluiu os trabalhadores do STPAC, que tiveram a promessa de serem mantidos no sistema. Dias atrás, S.Exa. excluiu os trabalhadores do STPA. Excluiu milhares de trabalhadores desta cidade e os colocou no desemprego. Essa é a cara do Governo Arruda. O Governo que persegue trabalhador, que joga trabalhador contra trabalhador.

Não vamos abaixar a nossa bandeira. Não adianta fazer articulação para perseguir trabalhador. Espero que a base do Governo Arruda nesta Casa não se dê ao papel de se unir para perseguir trabalhador, para cassar o emprego de trabalhador.

Espero que os Parlamentares desta Casa, Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, tenham a capacidade, a hombridade e a decência de arrumar solução para os trabalhadores do STPA e para os trabalhadores dos microônibus, a fim de acabar com o monopólio dos empresários do transporte público.

Presto a minha solidariedade a todos os excluídos, inclusive aos quatro Parlamentares que estão sendo perseguidos pelo Governo Arruda.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, faço das palavras do meu



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 16 |

companheiro Deputado Paulo Tadeu as minhas palavras.

Queremos, em verdade, que os trabalhadores continuem sendo trabalhadores. Os trabalhadores *permissionários* de *vans* anoiteceram com um futuro claro e amanheceram com uma portaria que instalou as trevas, demonstrando muito clara da insensibilidade do Governo do Distrito Federal com o emprego e com a própria população.

A bancada do Partido dos Trabalhadores não foi contrária ao projeto e ao programa Brasília Integrada, em que foi assegurado um período de transição para que os trabalhadores das *vans* pudessem se adaptar ao novo programa a ser implementado pelo Governo do Distrito Federal. Contudo, fomos surpreendidos por uma portaria que, de forma abrupta e ilegal – repito, ilegal; aliás, ilegal há muito tempo está o sistema de transporte do Distrito Federal, que adota um sistema convencional sem licitação, que tem frota de ônibus vencida e a passagem mais cara de todo o Brasil —, suspendeu, sustou esse processo, evidenciando um misto de autoritarismo e insensibilidade do Governo do Distrito Federal. É preciso que tenhamos claro que o sistema de transporte do Distrito Federal, historicamente, foi cartelizado. Duas empresas de ônibus detêm quase 70% das linhas e o Sistema Fácil, que, além de tudo, há muito tempo, estabelece um bloqueio de passagens para as pessoas com deficiência, que, se não arcarem com essa passagem, são obrigadas a sair do ônibus, embora esta Casa tenha aprovado uma lei que assegura o passe livre na cidade para essas pessoas. Parece que todo o lucro é insuficiente para o Sr. Wagner Canhedo. Não importa que se destruam os trabalhadores e as *vans*. Não importa que se destrua a população pela má qualidade do serviço fundamental de transporte público. Para esse senhor, que detém o monopólio ou parte fundamental do sistema de ônibus no Distrito Federal, importa apenas que a população continue a ser sacrificada, em função do seu lucro.

Venho aqui, também, para dizer que não só o Deputado Paulo Tadeu tem razão, mas também o Deputado Dr. Charles, quando informam que o Distrito Federal tem o maior orçamento do País na área da saúde, absolutamente diluído pela incompetência e pela lógica do Governo do DF de, mais uma vez, assim como no transporte, envergar-se aos interesses empresariais e buscar acabar com o Sistema Único de Saúde do DF. O hospital que foi inaugurado há dois ou três meses não está funcionando. É um hospital que recebeu cento e trinta milhões de reais de recursos nossos para a sua construção e para a compra de alguns equipamentos, mas será entregue à iniciativa privada, ao que tudo indica, a um custo mensal de dezoito milhões de reais e a um custo anual de mais de duzentos milhões de reais. O Governo do Distrito Federal recebeu este ano do Governo Lula, para investimento, mais de dois bilhões de reais.

O transporte está entregue ao caos, a saúde está entregue ao caos, a assistência está entregue ao caos e a população está sendo preterida pelo consórcio de empresários que tomou conta do Distrito Federal e do Palácio do Buriti.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 17 |

Para finalizar, eu quero dizer que, na linha inversa do que existe nacionalmente, em 1994, tínhamos um milhão de habitantes cobertos pelo Programa de Saúde da Família e hoje temos 133.3 milhões. No Distrito Federal, em 1998, tínhamos 50% de cobertura, hoje temos menos de 6%. Esta é a face real e cruel do Governo Arruda: o desprezo à população e o afago aos empresários.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, somo-me aos pronunciamentos do companheiro Deputado Paulo Tadeu, do Deputado Chico Leite e da Deputada Erika Kokay sobre a questão do transporte e o descaso do Governador Arruda com a população do Distrito Federal. Somo-me também ao pronunciamento do Deputado Dr. Charles. Não é de se estranhar um Deputado da base do Governo, conhecedor da área de saúde, pois é médico, vir a esta tribuna criticar o Sistema de Saúde Público do Distrito Federal. É fácil entender, porque temos um governo que não cumpre com os compromissos assumidos com os trabalhadores durante a campanha eleitoral – o Governador assinou cartas de compromisso com diversos segmentos profissionais e sociais –, que não cumpre os acordos que fez com a Oposição desta Casa – o Secretário de Transporte baixou uma portaria que desrespeitou os vinte e quatro Parlamentares desta Instituição e gerou uma crise no sistema de transporte; a galeria representa bem o que estou dizendo, sejam os permissonários, sejam os “verdinhos” que aqui estão –, um governo que não respeita sequer a sua base política e partidária, sustentação do Governo.

Deputado Milton Barbosa, V.Exa. disse que o Governo realizou uma reunião no Dia dos Pais e não convidou quatro Parlamentares da base de sustentação que defendem o Governo quando ele está certo, e é difícil o Governo acertar. Se estivesse acertando, tamanha seria a popularidade. Mas verificamos que essa popularidade não existe, pois, ao andarmos pelas ruas das cidades, por todas as administrações do Distrito Federal, ouvimos reclamações e mais reclamações sobre o tratamento dado pelo Governador José Roberto Arruda à população. Temos um governador que não respeita a população no que diz respeito à saúde, nem o Deputado da sua base, que vem à tribuna denunciar.

O Deputado Dr. Charles não precisava vir à tribuna para tornar esse fato público, pois já é pública a falência do Sistema de Saúde do Distrito Federal. Basta procurarmos leitos, remédios e atendimento médico nos hospitais. Quando o Governo propõe a criação de um plano de saúde para os seus servidores, inclusive para os servidores da área de saúde, o Sistema Público de Saúde está falido, e o Governo admite isso. Ele tem de investir na área de saúde. Na semana passada, na quinta-feira precisamente, aprovamos nesta Casa o reajuste de 12% para a



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 18 |

categoria de médicos, que mereceram o reajuste, Deputado Chico Leite, com toda a certeza. Mas o Governador Arruda criou um *apartheid* no segmento da saúde, encaminhando o reajuste para os médicos e não encaminhando para os restantes 23 mil servidores da saúde pública do Distrito Federal.

Hoje, sabemos que o Governo chegou a um acordo com esses segmentos profissionais, mas deixou de fora 1.700 agentes de vigilância de saúde, o que vai gerar um *apartheid* no sistema público de saúde. Mas, é claro, o Governador não está preocupado com isso, Deputado Leonardo Prudente, pois tem saúde o tempo todo lá em Águas Claras. S.Exa. não se preocupa com a segurança porque tem também segurança o tempo todo em Águas Claras, não se preocupa com transporte porque, é claro, companheiros, não anda de carro pela cidade de Brasília, ou anda de helicóptero o tempo todo de uma cidade para outra, e sempre em comitiva, há sempre policiais do Batalhão de Trânsito ou do DETRAN para liberar a passagem para S.Exa. em qualquer cidade.

Por isso, um Governador que não anda conversando com o povo, reconhecendo as demandas e as necessidades do povo, não governará para o povo. O Governador Arruda não governa para o povo do Distrito Federal. Um Governo que não respeita o dinheiro público nem o trabalhador, conseqüentemente, não governa para o povo de Brasília.

Conclamo aos companheiros que estão na galeria que não arredem o pé da negociação. Não desistam de continuar negociando. Que os “verdinhos” fiquem de olhos abertos porque os empresários engolem pedaço por pedaço até tomarem conta do sistema público de transporte do Distrito Federal.

Esta Casa fez o seu papel quando aprovou o “Brasília Integrada” por unanimidade. Faltou competência ao Governo do Distrito Federal para gerir o sistema público de transporte do Distrito Federal. Como disse bem o Deputado Dr. Charles, falta competência para gerir a saúde pública do Distrito Federal. Da mesma forma, Deputada Erika Kokay, falta competência ao Governador Arruda para gerir a educação e a segurança pública do Distrito Federal.

Um governo incompetente é um governo que não tem comando, que está fazendo o caos no Distrito Federal. Por isso estamos aqui, para lutar e cerrar fileiras, para fazer com que o Governo responda às demandas da sociedade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Como não houve reunião de Líderes, eu gostaria de pedir a suspensão da sessão por pelo



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 19 |

menos 5 minutos para que os Líderes e o conjunto dos Parlamentares pudessem negociar os itens a serem votados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como são poucos os projetos a serem votados, acho que os Líderes dos partidos poderão se manifestar aqui mesmo no microfone. Não vejo necessidade, uma vez que iremos priorizar a votação de três projetos do Governo: o Item nº 17, que trata do lote, do terreno da CAESB, da incorporação de área da TERRACAP para a CAESB, de público para público, sem nenhuma intervenção privada, esse item já está acordado; o Item nº 18, que trata da doação de um terreno do GDF para o Tribunal Regional Eleitoral, na 3ª Circunscrição de Taguatinga, acho que é um projeto que não oferece nenhuma dificuldade e nenhuma polêmica; e o Projeto de Lei nº 937, que não está na pauta, mas sobre o qual já houve acordo para votação na quinta-feira da semana passada. É o projeto que trata da Rodoviária. Houve um erro no projeto anterior, inclusive agradeço a equipe técnica do Partido dos Trabalhadores que levantou essa questão e fez as considerações e as sugestões. Fizemos a correção, o Governador retirou o projeto e encaminhou novo projeto com uma exposição de motivos mais clara e também um projeto mais específico, como manda a legislação.

Sugiro aos Deputados que deixemos os vetos para outra discussão e votemos esses três itens. Após a votação dessas matérias nos reuniríamos no cafezinho para discutirmos se avançamos ou não na pauta de votação.

Essa é a proposta que eu tinha a fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Temos duas questões de ordem. A do Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, que acho que precede qualquer discussão, que solicita sobrestarmos a apreciação dos vetos constantes da pauta, entrarmos num acordo e, se todos os Deputados concordarem, adlarmos, passarmos a votar esses vetos somente na próxima sessão e entrarmos na pauta. Acho que esse pedido do Deputado Leonardo Prudente precede qualquer outro anterior, então só poderemos fazer isso se houver um acordo com todos os Parlamentares aqui presentes.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o assunto é exatamente sobre a pauta. Sem prejuízo do que foi apresentado aqui pelo Líder do Governo, sobre o qual os demais Líderes irão também se posicionar, quero, na realidade, fazer também a defesa dos Parlamentares desta Casa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 20 |

Tenho observado que estamos construindo uma prática aqui de só votar projetos do Governo. Tudo bem que aqui haja uma maioria governista, tudo bem que o Governador tenha a capacidade de sensibilizar a sua base de votação, mas quero, também, que os projetos de Parlamentares, de todos os Parlamentares, possam também ser apreciados por este Plenário, porque, senão, a Câmara vai se tornar uma Casa muito governista, que só aprecia projetos do Governo. Então, quero apenas solicitar a V.Exa., sem prejuízo do acordo de Líderes, porque vou segui-lo, que possamos também construir uma pauta de projetos dos Parlamentares. É só essa questão, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Tudo bem, Sr. Deputado, mas acho que, sobre qualquer acordo que venhamos a fazer sobre a pauta, existe uma solicitação que o precede, que é a questão que o Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo, mencionou no final.

Nós temos, se não me engano, quatro vetos sobrestando a pauta. Nós só poderemos votar qualquer matéria após analisarmos esses vetos, a não ser, como mencionou o Deputado Leonardo Prudente, que os Parlamentares, em sua maciça maioria concordem que deixemos os vetos para discussão na sessão seguinte. Essa foi a solicitação colocada pelo Deputado Leonardo Prudente, e aí, sim, poderemos falar sobre o restante da pauta.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com relação ao projeto da Rodoviária, votei favoravelmente a ele porque a Rodoferroviária atual é um lixo e dá R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) de prejuízo aos cofres públicos, um dinheiro que deveria estar na Educação e na Saúde. Agora, o Governo está enviando outro projeto da nova Rodoviária. Eu só não entendo o seguinte: o Governo precisa ter aulas de Português ou aulas de Direito, porque o Governo fica enviando e reenviando projetos o tempo todo. Ele tem de enviar um projeto e pronto! E não ficar enviando e reenviando.

Então, não me considero tranquilo para votar esse novo projeto da Rodoviária hoje. Se precisarem de unanimidade, eu, como Líder, por defender um Partido sozinho, não dou unanimidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não, Sr. Deputado. A unanimidade não é para a pauta dos projetos, a unanimidade seria para deixarmos de votar os vetos hoje. Se por acaso algum Parlamentar não quiser fazer esse acordo, seremos obrigados a seguir a pauta, porque ela está sobrestada, e então discutiremos os vetos. É só isso que eu gostaria de manifestar. A unanimidade é necessária para abrirmos uma exceção e tirarmos da pauta a votação dos vetos.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 21 |

DEPUTADO REGUFFE - Eu tenho de ler melhor esse projeto da Rodoviária, porque mudando o terreno para a iniciativa privada, eu sou contra. Uma coisa é permitir uma concessão que, se não estiver sendo cumprido o serviço, será cassada; outra coisa é entregar um terreno para a iniciativa privada, algo que deveria ser público. Então, não acho correto votar esse projeto hoje, até para que eu possa estudá-lo com mais profundidade. Se ele for colocado em votação, que a pauta seja seguida a partir dos vetos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Portanto, não há acordo para a solicitação de tirarmos os vetos.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu ouvi atentamente as considerações dos meus companheiros Parlamentares e de V.Exa. O Partido dos Trabalhadores vai votar contrariamente à questão da Rodoviária, até porque nós votamos contrariamente no primeiro e segundo turnos, quando o projeto veio a esta Casa, diferentemente do Deputado Reguffe, que talvez não tenha consultado bem o projeto. Agora, gostaria que suspendêssemos a sessão para tentarmos um acordo. Não havendo o acordo, aí, sim, seguiríamos a pauta, até porque no Congresso Nacional sempre há discussão de Líderes para discutir, chegar a um acordo e tentar fazer as votações, mesmo sendo de vetos. Aqui na Casa, se seguirmos esse procedimento...

Inclusive, com relação a esses dois projetos que o Líder do Governo quer que sejam colocados em votação, que tratam dos itens nºs 17 e 18 da pauta, não foi realizada ainda uma reunião com os técnicos do Governo sobre eles, e os estudos e a comprovação da audiência pública também não foram apresentados. O projeto que trata do item nº 18 foi lido nesta Casa no dia 5 de agosto, e não houve sequer tempo de as assessorias analisarem.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quem sabe a minha sugestão poderá subsidiá-lo em sua decisão. Sugiro a V.Exa. que não suspenda a sessão e que possamos apreciar os vetos, uma vez que não há consenso. Quero dizer que o Deputado Reguffe, quando votou favorável ao projeto da rodoviária, votou fundamentado, pois é um bom projeto.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 22 |

Inclusive temos um acordo para votarmos esse projeto ainda hoje, em primeiro e segundo turnos.

Respeito a decisão do Deputado Reguffe, e todos aqui sabem que o projeto da rodoviária voltou apenas para uma adequação, a correção de apenas uma palavra. Portanto, para uma correção na redação.

Sollicito a V.Exa que o encaminhe dessa maneira. Aproveito a oportunidade para me pronunciar, enquanto Liderança dos Democratas Progressistas, nesse sentido.

Era esse o meu encaminhamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Acato a solicitação de V.Exa. Fica, portanto, registrado o voto do Líder dos Democratas Progressistas, Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho em mão o Regimento Interno desta Casa, que em seu art. 126 diz o seguinte: “Considera-se questão de ordem toda dúvida sobre interpretação deste Regimento, na sua prática exclusiva, ou sobre a Constituição Federal ou a Lei Orgânica do Distrito Federal.

§ 1º Durante a Ordem do Dia ou durante a apreciação de matéria nas Comissões, só poderá ser levantada questão de ordem relacionada à matéria que estiver sendo submetida.”

Fiz questão de ler o Regimento Interno, Sr. Presidente, porque acredito que estamos abusando do expediente da questão de ordem.

Grande parte das questões de ordem são continuidade de discursos que deveriam estar sendo feitos na tribuna desta Casa. Estão usando-as para discussão política ou para debates. Penso que isso atrasa muito a nossa sessão.

Sr. Presidente, quero dizer que sou terminantemente contrário às discussões da pauta na sala do cafezinho. Ora, esta Casa não aprovou o voto aberto? Então vamos fazer um debate aberto no plenário, nesta tribuna, para que todos possam assistir e definir suas posições.

Chega dessa história de irmos para a sala do cafezinho e depois virmos ao plenário usar questão de ordem para fazer discurso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Rogério Ulysses, parabeno V.Exa pelo seu posicionamento, principalmente com relação à questão de ordem. Venho falando isso já há algum tempo em nossas reuniões. Realmente há alguns Deputados que estão abusando da questão de ordem para fazer discurso,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 23 |

quando na verdade a questão de ordem é um instrumento regimental para falar sobre o andamento da sessão especificamente, ou sobre dúvidas do Regimento Interno, da Lei Orgânica do Distrito Federal ou sobre a Constituição Federal.

Acredito que, de agora em diante, iremos adotar esse procedimento.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu sou pela suspensão da sessão. Foi dito pelo Vice-Líder, Deputado Batista das Cooperativas, que não há consenso. Mas temos que buscá-lo, como V.Exa sempre pugnou. Vamos buscar o consenso. E o projeto da rodoviária é realmente muito importante, mas não traz os elementos que precisamos ver.

Solicitei ao Deputado Leonardo Prudente que trouxesse um esclarecimento a respeito de um projeto e S.Exa. atendeu prontamente. Portanto eu vou votar tranqüilo.

Quanto ao projeto da rodoviária, eu não conheço uma linha no que diz respeito aos documentos que seriam necessários para a sua votação.

Em nome do bloco dos excluídos, eu voto pela suspensão da sessão.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parabeno V.Exa. por querer prosseguir os trabalhos com a votação da pauta. Quero dizer que comigo não há acordo. Também sou contra suspender a sessão para discutirmos no cafezinho. Vamos votar todas as matérias constantes da pauta. Quero que saiba que eu não dou unanimidade para que seja colocado projeto em pauta que não foi discutido e que sequer é do conhecimento dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não há possibilidade de retirarmos os vetos da pauta, uma vez que temos dois Líderes se manifestando contrários à sua retirada.

Portanto, esta Presidência iniciará com a apreciação dos vetos.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, eu não fiz nenhum acordo para que o projeto da rodoviária seja votado no dia de hoje, aliás, projeto que eu nem conheço.

DEPUTADA EURIDES BRITO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu também quero fazer uma solicitação que é de Interesse de todos.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 24 |

Foi lida, hoje, a mensagem de um crédito suplementar de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais) destinados ao Fundo de Apoio à Cultura, o FAC. Nós votamos a lei do FAC há tempo e os grupos culturais das cidades estão ansiosos, procurando os gabinetes de todos dos Deputados. A burocracia estatal piora cada vez mais, o que é normal com tantos órgãos opinando. Assim, essas pessoas temem que chegue o final do ano – a lei que deveria ser auto-aplicável e entrar em vigor este ano – e, se não for votado o crédito suplementar, essa lei não entra em vigor. Praticamente todos os Deputados aderiram à Frente Parlamentar da Cultura.

Assim, solicito que votemos esse projeto. A Mensagem já foi lida hoje. O projeto é o S.O.S da cultura do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputada Eurides Brito, V.Exa. deseja incluir esse projeto para votação como item extrapauta?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sim. Não é o projeto que trata do S.O.S dos grandes programas sociais, é o S.O.S da cultura das cidades.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Lembro-me muito bem da sessão que tratou desse projeto e do compromisso desta Casa.

Esta Presidência, salvo melhor juízo do Plenário, acata a solicitação de V.Exa. e inclui o item solicitado por V.Exa. como extrapauta.

DEPUTADO PAULO TADEU – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lendo a Ordem do Dia, percebemos que os itens nºs 1 a 9 tratam de vetos e projetos do Executivo em regime de urgência. Aliás, o Governo Arruda tem mantido a prática de mandar todos os projetos em regime de urgência. Muitos dos projetos não tratam de matérias urgentes, mas o Executivo os envia como se assim fossem. Por isso há esse trancamento de pauta.

Continuo apostando que esta Casa continue no diálogo, como sempre fez. Não houve nenhum prejuízo pelo procedimento do diálogo entre todas as frentes parlamentares, entre todos os partidos. Não acredito que haja nisso efeito colateral dos almoços ocorridos e que, a partir disso, comecem a aplicar aqui a tática do trator ou do rolo compressor. Se isso está ocorrendo por parte do Líder do Governo e de outros Parlamentares, não há dificuldades por sermos minoria e trabalharmos dessa forma. Agora, isso quebrará uma construção desencadeada por V.Exa., à frente da Mesa Diretora, como representante do Poder Legislativo. O Deputado Leonardo Prudente falou, ao microfone, que foi a assessoria do Partido dos Trabalhadores que identificou o erro cometido, infelizmente, pelo Governo neste projeto que trata da rodoviária.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 25 |

Espero que não caiamos no equívoco de achar que o rolo compressor é mais produtivo do que a construção de acordos. Continuo apostando nos acordos políticos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Paulo Tadeu, por uma questão de justiça, eu gostaria de esclarecer que o Líder do Partido Democrático Trabalhista, que faz, inclusive, oposição ao Governo, é que não está abrindo mão de não votarmos o veto. Não adianta fazermos um acordo para votarmos algum projeto. Só é possível retirarmos projetos que tratam de vetos da pauta – pois eles sobrestam a pauta – se houver um acordo unânime. O Regimento Interno e a própria Lei Orgânica do Distrito Federal não permitem esse procedimento sem um acordo.

Portanto, se há dois Líderes que não querem o acordo, não adianta discutirmos uma pauta que não pode ser votada antes de apreciarmos o veto. Essa é uma questão produtiva. Não é uma questão da bancada do Governo. O primeiro Líder a se manifestar dessa forma foi o Deputado Reguffe, que faz oposição ao Governo.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, aprovamos na semana passada um projeto, em regime de urgência, que concedia isenção do ICMS para os aparelhos importados pela TV Digital. Aliás, muitos Deputados da base governista estavam ontem, ou anteontem, com o Governador sancionando tal projeto. E esse projeto foi aprovado por nós, em regime de urgência, por meio de um acordo político. Continuo apostando nos acordos, sem prejuízo das posições políticas e ideológicas, ou de sermos Oposição ou Situação. Clamo para que continuemos com o trabalho de acordos políticos em prol da sociedade. Espero que não haja esse rompimento. Espero que não seja fruto desses almoços esse rolo compressor ou o efeito colateral dele.

Quero acreditar em V.Exa., Sr. Presidente. Realmente, o Deputado Reguffe é o Deputado que, neste momento, está se manifestando contra o acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Só se o Deputado Reguffe esteve no almoço. Eu não o vi lá, mas...

DEPUTADO PAULO TADEU – Acho que isso é importante para todos nós e, inclusive, para esta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Só se o Deputado Reguffe esteve em outro almoço, porque é S.Exa. que está obstruindo o acordo; não é a bancada do Governo, e sim um Parlamentar da Oposição.

Infelizmente, isso é regimental! Existem 4 vetos sobrestando a pauta. E nós só poderemos discutir o restante da pauta se houver acordo para não votarmos esses vetos. O Deputado Chico Leite sabe disso claramente – conversamos sobre isso há pouco. Para haver acordo, tem de haver unanimidade. Se não houver, para respeitar o Regimento Interno e a Lei Orgânica, serel obrigado a submeter os vetos à



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 26 |

votação. O Deputado Reguffe e o Deputado Batista das Cooperativas disseram que não concordam com a retirada dos vetos da pauta.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Deputado Reguffe para que possamos continuar a negociação, superando a questão dos vetos. Assim, votaríamos apenas os projetos que não trazem maiores polêmicas e que já estão na pauta há algum tempo, além do Projeto de Lei nº 937.

No entanto, se o Deputado Reguffe ou qualquer outro Deputado não abrirem mão dessa prerrogativa, naturalmente allar-me-ei ao Presidente da Casa para dizer que não nos resta outra alternativa senão a apreciação dos vetos.

Portanto, faço um apelo ao Deputado Reguffe e a outro Deputado que não concordem com a negociação para refletirem acerca dessa questão.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – O Deputado Rogério Ulysses não se manifestou contrariamente à retirada dos vetos da pauta. S.Exa. apenas observou – e considerarei isso procedente – a questão do excesso de questões de ordem, que nada têm a ver com o que é previsto pelo Regimento Interno.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estamos há exatos 25 minutos falando como questão de ordem. Se o Deputado Reguffe quiser voltar atrás...

Quero retirar a minha solicitação e sugerir que busquemos o diálogo.

De uma forma muito objetiva, quero fazer um registro. O Deputado Paulo Tadeu tentou trazer uma confusão ao sugerir que, em um almoço de base, houve um acordo para que fosse realizada uma ação mais agressiva nesta Casa, como um trator. Não existe essa prática na base. Temos desenvolvido muitas ações, mas sempre no sentido de dialogar; e dialogar até o extremo.

Acho que não seria prudente – seria até um desrespeito aos trabalhadores presentes nas galerias – suspendermos a sessão, ficarmos discutindo até 18h e 45min e depois voltarmos para aprovar três projetos.

Não posso deixar de registrar que esta Casa tem, sim, uma função regimental de apreciar projetos de Governo. Ouço com estranheza pessoas falarem



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 27 |

aqui que a Casa quer apreciar projeto de Governo. Ora, fomos eleitos para isto: para apreciar também projetos de Governo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Batista das Cooperativas, a sua interferência procede totalmente. Aproveito o registro de V.Exa. para acrescentar um pequeno elemento no seu discurso.

Na verdade, no Distrito Federal não há medidas provisórias. Cabe ao Governo do Distrito Federal escolher o projeto que deve tramitar em regime de urgência. E eu acho que é muito mais democrático da parte do Governo submeter os projetos ao Poder Legislativo do que usar da ditadura da medida provisória. Por isso, parablenizo o Governador José Roberto Arruda por manter a posição de encaminhar projetos para a Câmara Legislativa em vez de propor a criação de medida provisória.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, na verdade, estão criando dois caminhos e colocando um contra o outro. Não necessariamente um está contra o outro. Vou tentar ser mais clara. O fato de se querer seguir a pauta... Eu não ouvi o Deputado Reguffe dizer – corrija-me, Deputado Reguffe, se eu estiver errada – que os vetos não têm que ser negociados. Eu não vi o Deputado Reguffe falar isso.

Uma coisa é dizer que se segue a pauta porque não há consenso para se superarem os vetos que estão sobrestando essa mesma pauta. Outra coisa é querer votar os vetos que todas e todos sabem que precisam de 13 votos para serem derrubados sem uma negociação prévia. Uma questão não se contrapõe à outra.

Portanto, dizer que, já que o Deputado Reguffe quer seguir a pauta, isso significa votar os vetos agora, sem nenhuma discussão, é utilizar a fala do Deputado Reguffe para assim acionar um “trator” governamental, o “trator” da maioria.

Nunca, Sr. Presidente, nem na sua gestão, que tem se pautado pelo diálogo, pela democracia e pelo respeito às minorias, colocou-se veto para ser apreciado sem antes haver negociação. Nós fomos eleitos pela população do Distrito Federal e sabemos que nunca nesta Casa, a não ser em momentos de muita crise e muito conflito, mas muito pontuais, que considero ser uma exceção, houve apreciação de veto sem a negociação prévia. Então, o que nós estamos defendendo é que possamos estabelecer uma negociação.

Utilizar a fala do Deputado Reguffe e de outros Parlamentares que sugeriram seguir a pauta para colocar os vetos em apreciação imediata sem nenhuma discussão, a meu ver, fere o princípio que norteou a sua candidatura, que inclusive teve o meu apoio, e o princípio da democracia e do diálogo. Neste caso, eu tendo a concordar com o Deputado Paulo Tadeu quando diz que o almoço que aconteceu teve como “cardápio óleo diesel para o trator”.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 28 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Na verdade, a Deputada Erika Kokay tem toda razão, porque ninguém pediu que a sessão fosse suspensa para que os vetos fossem discutidos. Os Deputados pediram que a sessão fosse suspensa para discutirmos a pauta dos projetos que iriam ser votados.

A questão de ordem que foi apresentada desde o primeiro momento nesta Presidência é: nós poderemos discutir os projetos sem analisar os vetos? Foi essa a questão de ordem que a Presidência colocou em discussão, precedendo as outras discussões, porque não adianta nada discutirmos os projetos que serão votados se não apreciarmos os vetos. Foi isso que eu coloquei desde o início. E dois Líderes se manifestaram contrariamente a isso. Foi essa a minha colocação.

Deputada Erika Kokay, V.Exa. me desculpe as palavras, mas às vezes falar sem conhecimento de causa é muito complicado. Eu tive o cuidado de chamar o Deputado Chico Leite, que é da sua bancada, para tratar disso. Solicito o testemunho do Deputado Chico Leite em relação ao veto de S.Exa. que estava na pauta sem negociação, e solicitei a S.Exa. que fosse realizar a negociação. Às vezes, falar sem pensar e sem ter o conhecimento do assunto gera equívoco.

Portanto, quero deixar bem claro que esta Presidência sempre buscou democratizar e dar oportunidade para a negociação. Isto tem que ficar claro aqui hoje: por mais que possamos ir para o cafezinho tentar uma discussão de uma ou duas horas sobre a pauta, se não houver acordo, não há negociação. O Deputado Reguffe disse ao microfone que, mesmo que a sessão fosse suspensa e houvesse um acordo na pauta, não abriria mão de votar os vetos hoje. Deputado Reguffe, foi isso ou não foi o que V.Exa. disse ao microfone?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – O Deputado Reguffe vai se pronunciar posteriormente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Confundir um almoço em que eu estava com questão de debates da Câmara é tentar confundir as coisas, porque esse assunto não foi tratado no almoço em nenhum momento. Isso é tentar confundir as coisas! Estamos aqui dizendo o seguinte: um Deputado da Oposição, que não é maioria, que não estava no almoço, é quem está condicionando para que se votem os vetos independentemente de qualquer acordo que seja feito no cafezinho. Inicialmente, não foi nenhum Deputado da bancada do Governo quem fez isso.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Mas o Líder do Governo... (Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não defendeu; ao contrário, defendeu a negociação. Chegou a iniciar a negociação com o Deputado Chico Leite, do qual encaminhei.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 29 |

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como eu já havia feito depois da fala do Líder do Governo, solicito que a sessão seja suspensa para a negociação da pauta.

V.Exa., com a experiência que tem, pode até tirar minha dúvida se os vetos não estão na pauta. Sugiro negociar os vetos com o entendimento dos Parlamentares. Sempre fizemos isso.

Deputado Rogério Ulysses, desculpe-me, mas é no cafezinho que sempre discutimos e com toda transparência, como é a votação aqui. Em nenhum momento em que estive presente, pelo menos, não foi discutido isso com transparência.

Outra coisa: dizer que o Governador Arruda é democrático porque manda projeto para esta Casa em vez de medida provisória é no mínimo achar que nós não analisamos o Regimento desta Casa nem a Lei Orgânica, porque não existe o instrumento da medida provisória. Existe, sim, o projeto em regime de urgência, que é o que o Governador Arruda exerce o tempo todo, a exemplo das medidas provisórias do Congresso Nacional. S.Exa. age da mesma forma, encaminhando a esta Casa projetos em regime de urgência como se fossem medidas provisórias. É o que acontece.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não foi isso que eu disse, Deputado Cabo Patrício. Eu disse para V.Exa. que não existe medida provisória no Distrito Federal e que S.Exa. poderia, como Governador, propor a criação da medida provisória, a exemplo do que acontece na área federal. A utilização da medida provisória, no meu ponto de vista, é muito menos democrática do que a de um projeto em regime de urgência. Se V.Exa. pensa o contrário e se a prática no Governo Federal, que V.Exa. defende, é essa, sinto muito.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Primeiro, quero dizer que acho um absurdo o Governo mandar projeto de última hora e querer que votemos o projeto sem ter conhecimento do seu teor. Considero isso um absurdo!

Em segundo lugar, eu quero que se vote a pauta. O contribuinte me paga para que eu vote os projetos nesta Casa. Então, vamos votar. É para isso que sou pago e estou aqui. Vamos votar tudo. Isso quer dizer que não dou unanimidade para que não se vote a pauta. Acho que tem de se votar tudo, dizer "sim" ou "não" aos projetos, só não aos projetos que são encaminhados de última hora pelo Governo, porque é um absurdo votá-los. Agora, o que está na pauta tem que ser votado.

Esse é o meu posicionamento.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Presidência, após escutar todas as questões de ordem, submete aos Líderes um encaminhamento para



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 30 |

decisão. O encaminhamento é o seguinte: suspendemos a sessão para discutir toda a pauta, inclusive os vetos, ou votamos os vetos primeiramente e, em seguida, suspendemos a sessão para discutir o restante da pauta?

Os Líderes que forem favoráveis se manifestem.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são apenas quatro vetos: dois de Parlamentares e dois do próprio Executivo. O primeiro já está praticamente acordado. O segundo está aguardando... Até liguei para o Secretário Rôney Nêmer para fazer a defesa do seu projeto. Não há nenhuma dificuldade em discutirmos os vetos aqui no plenário. Acho que, se tivéssemos uma pauta com muitos vetos, vetos polêmicos, poderíamos até... Podemos fazer essa discussão aqui. Não há nenhuma dificuldade.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Aqui no plenário ou no cafezinho?

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – No plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Tudo bem. O Líder do Governo é favorável à continuação da sessão.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do Bloco Democratas-Progressistas, sou favorável a que os vetos sejam apreciados aqui no plenário. Apenas para lembrar aos nobres colegas, estamos discutindo questões de ordem há 35 minutos.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do Bloco Parlamentar Independente, não tenho nenhuma dificuldade em discutir os vetos no cafezinho. Agora, temos que começar a dar agilidade ao processo legislativo. Se for para suspender... Não há unanimidade, não é verdade?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Não há unanimidade.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Não há que se posicionar. Vamos votar.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 31 |

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou continuar insistindo, até porque uma negociação não se faz dessa forma, discutindo o tempo todo no microfone. V.Exa. e os Parlamentares bem sabem que temos discutido exaustivamente. Vou continuar insistindo na suspensão da sessão para negociação inclusive dos vetos. Agora, se não quiserem, é ligar o trator e passar por cima. Não tem problema. Agora, não podemos deixar de dizer que a portaria do Secretário de Transporte é pior do que qualquer medida provisória, é um atentado a esta Casa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo bloco dos excluídos, eu sou pela suspensão da sessão. Nós somos os excluídos.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Milton Barbosa, então eu gostaria que V.Exa. encaminhasse pela Liderança o ofício que altera o nome do seu bloco para bloco dos excluídos, a fim de que possamos oficializar.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, eu falei "excluído" e repito aqui, mas não sou obrigado a mudar o nome. É uma manifestação de pensamento que V.Exa. não pode me compelir a fazê-la formalmente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Milton Barbosa, eu quero dizer que sempre chamarei seu bloco pelo nome de Bloco Social Trabalhista. Oficialmente assim está registrado.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Mas eu não disse que V.Exa. não deveria fazê-lo. Faça. É Bloco Social Trabalhista.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Pensei que V.Exa. queria dizer que mudou o nome do bloco.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, o bloco não mudou de nome. Foi apenas uma manifestação de pensamento a fim de expressar uma contrariedade com uma posição que o Governo adotou. É só isso. Estou errado?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Então, fica registrado o seu posicionamento. Seu bloco continua com o nome de Bloco Social Trabalhista. O Deputado Milton Barbosa registra sua contrariedade com a reunião que ocorreu e que prefere ser chamado de bloco dos excluídos.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 32 |

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, como Líder do Bloco Democrático Social Brasileiro, somos pela discussão em plenário e votação imediata da pauta.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu gostaria de convidar o bloco dos excluídos para participar do evento Grito dos Excluídos, organizado por uma série de movimentos sociais e pela Igreja, que ocorrerá no dia 7 de setembro.

Sr. Presidente, eu gostaria de provocar uma reflexão por haver quatro vetos na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputada Erika Kokay, o Deputado Rogério Ulysses pediu que só falássemos sobre questões de ordem. V.Exa. deve direcionar sua questão de ordem à Mesa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, minha questão de ordem é para que não abramos um precedente hoje. Foi dito aqui que os projetos e vetos já estão pré-acordados ou acordados. Não é verdade. Pode ser que tenha havido uma negociação com o Deputado Chico Leite. Não sei. Foi dito aqui que há uma negociação com o Deputado Rôney Nemer, autor do projeto objeto do segundo veto da pauta. V.Exa. falou de dois vetos a projetos do Poder Executivo, mas são vetos parciais a emendas elaboradas pelo Partido dos Trabalhadores. Queríamos ter a oportunidade de fazer uma discussão que não fosse limitada em seu tempo pelo Regimento Interno, como é a discussão em plenário, para buscarmos um acordo. Queremos dizer qual é o sentido das nossas emendas que foram vetadas.

Os Parlamentares líderes de blocos ou representantes de partidos se posicionaram talvez com uma premissa não totalmente verdadeira, que era a informação do Deputado Leonardo Prudente de que os vetos já estão negociados. Mas não estão. Duas emendas de nossa autoria apresentadas a projetos do Poder Executivo foram vetadas parcialmente, e queremos ter a chance de negociar e discutir. Apenas estamos reivindicando que não abramos o precedente, em relação a outras legislaturas desta Casa, de apreciarmos vetos sem negociação prévia. É apenas isso. Estamos questionando a premissa colocada pelo Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, de que já havia uma negociação acerca dos quatro vetos. De, pelo menos, dois deles, talvez de três, não houve negociação.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 33 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – A questão de ordem da Deputada Erika Kokay está superada. A maioria dos Deputados foi favorável.

Sinto muito o posicionamento de radicalismo que está tomando conta do Plenário. Gostaríamos de ver um acordo para discussão dos projetos, mas a decisão da maioria deve ser respeitada.

Item nº 1:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.474, de 2006, de autoria do Deputado Chico Leite, que "dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS dos estabelecimentos que comercializem produtos falsificados, contrabandeados, na hipótese que especifica".

Relator: Deputado Brunelli – CCJ.

Na ausência do Relator, Deputado Brunelli, solicito à Deputada Eurides Brito que proceda à leitura do relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Com a palavra a Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para proceder à leitura do relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº /2008

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 2.474/2006, que “Dispõe sobre a cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações – ICMS, dos estabelecimentos que comercializem produtos falsificados, contrabandeados, na hipótese que especifica”.

Emides Brito
RELATOR: Deputado **BRUNELLI**

Com fundamento no art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica à Presidência desta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei nº 2.474/2006.

De autoria do ilustre Deputado Chico Leite, o Projeto de Lei nº 2.474/2006 cuida da imposição de cassação da eficácia da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, na hipótese prevista. A sanção será imposta ao estabelecimento comercial que comercializar, adquirir, estocar ou expuser produtos falsificados ou contrabandeados.

Pela proposta, os sócios do estabelecimento ficarão proibidos de exercer o mesmo ramo de atividade ou de solicitar a inscrição de nova empresa no mesmo ramo, pelo prazo de cinco anos.

Arquivada ao final da última legislatura, a proposição retomou sua tramitação normal por força da aprovação do Requerimento nº 90/2007.

Examinado pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF, o projeto foi aprovado, com uma emenda sugerida pelo relator, incidente sobre o art. 2º. A alteração introduzida retira daquele dispositivo a possibilidade

EBL

de emissão de laudo pericial por entidade credenciada ou conveniada com o Governo do Distrito Federal.

Em sua passagem pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, a proposta também mereceu parecer favorável, na forma de substitutivo apresentado pelo relator.

Esse substitutivo, conforme justifica o relator, sana incorreções relativas à técnica legislativa e à redação, além de retirar aspectos inconstitucionais. A emenda oferecida pela CEOF foi incorporada ao novo texto.

O projeto também foi aprovado, na forma sugerida pela CCJ, em seus dois turnos regimentais de votação no Plenário desta Casa, sendo encaminhado à sanção do Governador em 11 de abril passado.

Ao apresentar os seus motivos para a imposição do veto, o Governador, ainda que reconhecendo o mérito da proposta, aponta a existência de impeditivos de natureza constitucional.

Afirma aquela autoridade que, ao determinar o cancelamento da inscrição no cadastro de contribuintes do ICMS, o projeto fere o art. 170 da Constituição Federal. O dispositivo citado diz:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previsto em lei.”

Alega, ainda, o Governador que *“não se pode transferir genericamente aos sócios sem especificação de exercício de função de gerência, eventuais irregularidades sob pena de ofensa ao artigo 5º, inciso XLV, da Magna Carta”*. Mais adiante, cita também ofensa ao art. 5º, inciso XIII, da Constituição. Esses dispositivos rezam:

“ Art. 5º (...)

(...)

XIII – é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer;

(...)

XLV – nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendida aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;

(...)"

Pelas razões que expôs, o Governador solicita a manutenção do veto por esta Casa.

Com as informações aqui prestadas, acreditamos que os parlamentares estarão em condições de deliberar sobre o veto oposto.

Sala das Sessões,

Deputado _____
Presidente

Deputado ~~BRUNELLI~~
Relator
Eurides Brito



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 34 |

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão o relatório.
(Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esse projeto lembra bem o Deputado Rogério Ulysses, que participou do movimento efetivo, suprapartidário, junto conosco. É um projeto que consagra nossa luta contra a pirataria no Distrito Federal, contra a chamada economia invisível, que labora, lamentavelmente, com o crime organizado, que vitima crianças, famílias, que desemprega, enfim, que causa os maiores estragos à população do Distrito Federal.

O que se busca com esse projeto – que não foi obra apenas do nosso mandato, daí a participação suprapartidária, daí o apoio do setor produtivo – é que aqueles estabelecimentos que comercializem produtos de origem ilícita sejam apenados duramente: que tenham cassado o registro de ICMS. E por que pena dessa natureza, Sr. Presidente? Pelo mal que causa esse tipo de falsa economia ao Brasil e ao Distrito Federal. Não é à toa que mais de dois milhões de CDs e DVDs piratas – e a pirataria cultural é gravíssima no Distrito Federal – foram apreendidos no Paranoá, em Ceilândia e em Taguatinga.

Não entendo, Sr. Presidente, é como o Governo vetou esse projeto. Se é um projeto que tem apoio Parlamentar por unanimidade, que tem apoio do setor produtivo, tem o apoio de trabalhadores e trabalhadoras, não consigo entender como se apõe um veto a um projeto absolutamente constitucional. E aqui quero garantir, Deputada Eurides Brito, que não se dispôs sobre matéria que não seja afeta a esta Casa. Posso garantir, temos sim legitimação pela nossa lei maior, a Lei Orgânica, para dispor sobre a matéria; e dispomos sobre matéria meritória.

É por isso que eu peço aos colegas, à Deputada Eliana Pedrosa, ao Deputado Roberto Lucena, ao Deputado Pedro do Ovo, ao Deputado Bispo Renato, ao Deputado Batista das Cooperativas, ao Deputado Berinaldo Pontes, ao Deputado Benício Tavares, peço à Deputada Jaqueline Roriz, ao Deputado Paulo Roriz, ao Deputado Cristiano Araújo, ao Deputado Reguffe, peço a V.Exa., Deputado Alírio Neto...

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Eu quero dizer a V.Exa. que, desde o primeiro momento, quando li sua matéria, tive o cuidado de chamar V.Exa. sobre o projeto.

Quero também fazer um apelo ao Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, para que libere a bancada para votar de forma consciente, pela consciência de cada um, com relação a essa matéria, pois acho que é relevante ao Distrito Federal para combater a pirataria. O projeto é importante para o Distrito



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 35 |

Federal, e acho que não se deve levar em consideração a posição partidária, ideológica ou governista de cada um de nós.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado, Deputado Alírio Neto, não era de se esperar outra posição de V.Exa., como ainda estimo que, defensor do setor produtivo nesta Casa, o Deputado Leonardo Prudente possa se posicionar dessa forma.

De maneira que afirmo que não se trata de projeto do meu partido, do Partido dos Trabalhadores, nem de nosso mandato apenas, embora seja a bandeira do Partido dos Trabalhadores e do nosso mandato. É projeto suprapartidário, que defende, mais que tudo, o trabalhador do setor produtivo, Sr. Presidente.

Por isso, peço o voto de S.Exas. e a sensibilidade e altivez do Deputado Leonardo Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero me sensibilizar com o apelo de V.Exa. e a exposição tão brilhante do Deputado Chico Leite.

Em que pese dúvida em relação à constitucionalidade, a questão meritória é da maior relevância, razão pela qual eu me rendo às considerações de V.Exa. e do Deputado Chico Leite, e faço o encaminhamento pela derrubada do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Chico Leite pela iniciativa, que merece prosperar mesmo que haja lá na frente alguma discussão de constitucionalidade. Aqui na Câmara Legislativa temos de ter a ousadia de aprovar projetos de interesse da sociedade, ainda que exista alguma dúvida momentânea. Quero usar como exemplo o projeto que trata do problema das filas, de autoria do Deputado Wilson Lima. O referido projeto foi questionado, e lá na frente venceu a discussão. Com o meu projeto sobre os estacionamentos ocorreu o mesmo. Houve uma série de questionamentos e, graças a Deus, estamos vencendo um a um.

Acredito que a medida merece prosperar. A discussão não é quanto ao mérito e, sim, quanto à forma do projeto. Portanto, eu gostaria realmente que tivéssemos condições de derrubar este veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 36 |

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros de Casa, em votação por escrutínio secreto.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) :

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S)

PROJETO DE LEI Nº(S) 2974/06

Autor: Deputado(a): Chico Leite Executivo

Relator: Deputado(a): Eurides Brito

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | SIM | NÃO | ABST | AUS |
|-----|--------------------------------|-----|-----|------|-----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | | X | | |
| | BENÍCIO TAVARES - PMDB | | X | | |
| | BERINALDO PONTES - PP | | X | | |
| | BISPO RENATO - PR | | X | | |
| | BRUNELLI - DEM | | | | X |
| | CABO PATRÍCIO - PT | | X | | |
| | CHICO LEITE - PT | | X | | |
| | CRISTIANO ARAÚJO - PTB | | X | | |
| | DOUTOR CHARLES - PTB | | | | X |
| | ELIANA PEDROSA - DEM | | X | | |
| | ÉRIKA KOKAY - PT | | X | | |
| | EURIDES BRITO - PMDB | | X | | |
| | JAQUELINE RORIZ - PSDB | | X | | |
| | LEONARDO PRUDENTE - DEM | | X | | |
| | MILTON BARBOSA - PSDB | | X | | |
| | PAULO RORIZ - DEM | | X | | |
| | PAULO TADEU - PT | | X | | |
| | PEDRO DO OVO - PMN | | X | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO - PSL | | X | | |
| | REGUFFE - PDT | | X | | |
| | ROGÉRIO ULYSSES - PSB | | X | | |
| | ROBERTO LUCENA - PMDB | | X | | |
| | WILSON LIMA - PR | | X | | |
| | ALÍRIO NETO - PPS | | X | | |
| | TOTAL | | 22 | | 02 |

ASSP SECRETÁRIO DEP. WILSON LIMA ASSP Nº 1 Fls. °

| | | | |
|-------------|----|----------------|---|
| VOTOS "SIM" | - | VETO MANTIDO | |
| VOTOS "NÃO" | 22 | VETO REJEITADO | X |
| ABSTENÇÃO | - | | |
| AUSÊNCIAS | 02 | | |



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 37 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 22 votos contrários. Houve 2 ausências.

Fol rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Rôney Nemer, Secretário do Governo, que se encontra na Secretaria de Fiscalização, está solicitando que analisemos os itens nºs 3 e 4, que não oferecem nenhuma dificuldade de apreciação. Ele está chegando à Câmara Legislativa dentro de alguns instantes para negociar com os Parlamentares o veto relativo ao projeto de sua autoria. No entanto, caso já exista acordo para derrubar esse veto, não será necessário que ele venha.

Sr. Presidente, podemos apreciar os itens nºs 3 e 4?

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência fará inversão da pauta para aguardar o Deputado Rôney Nemer.

Esta Presidência aproveita a presença dos trabalhadores e trabalhadoras da área dos transportes coletivos do Distrito Federal nesta Casa para dizer que são muito bem-vindos, especialmente aqueles que estão aqui pela primeira vez. Esta Casa estará sempre de braços abertos para todos. Temos recebido com frequência os companheiros que aqui estão e iremos sempre dar oportunidade a todos de assistirem à sessão.

Será um prazer continuar a tê-los aqui, mas gostaria de registrar que não temos item nesta pauta relacionado a transportes. Portanto, se quiserem continuar assistindo à nossa sessão, será um prazer, mas a verdade tem que ser dita. Não entendo por que ainda não foi comunicado a vocês que não tem item na pauta relacionado ao transporte público do Distrito Federal.

Item nº 03:

Apreciação do veto parcial aos §§ 1º e 2º do art. 4º do Projeto de Lei Complementar nº 45, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "cria o Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF e dá outras providências".

Relator: Deputado Pedro do Ovo - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que profira relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 38 |

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir relatório.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, relatório da Comissão de Constituição e Justiça à apreciação do veto parcial – aos §§ 1º e 2º do art. 4º – do Projeto de Lei Complementar nº 45, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF e dá outras providências”.

Trata-se da Mensagem nº 113, de 2008, do Exmo. Sr. Governador, que veta parcialmente o Projeto de Lei Complementar nº 45, de 2007, que “cria o Fundo Penitenciário do Distrito Federal - FUNPDF e dá outras providências”.

Motivos do veto: a despeito dos louváveis propósitos dos Parlamentares, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º do projeto em exame não pode ser sancionado, na medida em que padece de vício formal orgânico de inconstitucionalidade, caracterizado pela usurpação pelo Poder Legislativo de competência do Poder Executivo. Com efeito, compete privativamente ao Executivo a Iniciativa das leis que disponham sobre criação, estruturação, reestruturação, desmembramento, extinção, incorporação, fusão e atribuições das secretarias de Governo, órgãos e entidades da administração pública, nos termos do art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Este é o relatório oral ao veto do Governador.

Esta Presidência está sendo alertada pela assessoria de que temos dois vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 45. Portanto, solicito às Lideranças que chamem a atenção de suas bancadas para o fato de que estamos votando dois vetos parciais ao Projeto de Lei Complementar nº 45, de 2007.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o veto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, apesar de esse veto ser relativo a um projeto do próprio Poder Executivo, na realidade, trata-se de duas emendas de Parlamentar, do Deputado Milton Barbosa, que entendo que democratizam, aumentam a fiscalização e melhoram, inclusive, o conceito da própria gestão do sistema prisional. Contudo,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 39 |

Infelizmente, o Governador vetou-as. Quero dizer que votarei pela derrubada do veto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no final do ano, o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, e V.Exa. pediram-me para votar, com uma pressa terrível, o projeto do Fundo do DETRAN, ao qual apresentamos uma emenda sobre a sua gestão, e eu o votei.

Nesse projeto do sistema penitenciário — V.Exa. tem um braço lá —, excluíram as unidades penitenciárias da gestão do Fundo, sob o argumento de que havia vício de inconstitucionalidade. Entretanto, isso não procede, porque querem que a gestão desse Fundo seja feita pelo poder central, excluindo as entidades penitenciárias. Peço ao nosso Líder, em nome do "Bloco dos Excluídos", que derrubemos o veto, já que não procede.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, minha orientação ao Partido dos Trabalhadores é no sentido de nos juntarmos ao Líder do "Bloco dos Excluídos" e votarmos pela derrubada do veto.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, talvez haja falha na redação do § 1º, que diz que são unidades gestoras autônomas os estabelecimentos prisionais. Elas não podem ser totalmente autônomas. Elas devem ser relativamente autônomas.

V.Exa., que vem do Setor de Segurança Pública do Distrito Federal, sabe muito bem que esses estabelecimentos prisionais têm que ter, sim, uma certa autonomia, mas não total autonomia, pois, caso contrário, eles se transformarão num setor independente.

Portanto, quero, numa segunda oportunidade, solicitar a contribuição do Deputado Milton Barbosa no sentido de pedir ao Governador que faça uma mensagem para complementar esse projeto que cria o Fundo Penitenciário. Mas, como se apresenta a redação, não será possível a derrubada do veto.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 40 |

Portanto, faço o encaminhamento pela manutenção do veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Deputado Leonardo Prudente, se fosse possível, eu gostaria que V.Exa., depois, conversasse com o Deputado Milton Barbosa para explicar a S.Exa. as razões técnicas.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): §§ 1º e 2º do Art. 4º

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 45/07

PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____ Executivo

Relator: Deputado(a): Pedro do Ovo

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | SIM | NÃO | ABST | AUS |
|-----|--------------------------------|-----------|-----------|------|-----------|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | X | | | |
| | BENÍCIO TAVARES - PMDB | X | | | |
| | BERINALDO PONTES - PP | X | | | |
| | BISPO RENATO - PR | X | | | |
| | BRUNELLI - DEM | . | | | X |
| | CABO PATRÍCIO - PT | . | X | | |
| | CHICO LEITE - PT | . | | | X |
| | CRISTIANO ARAÚJO - PTB | X | | | |
| | DOUTOR CHARLES - PTB | . | | | X |
| | ELIANA PEDROSA - DEM | . | | | X |
| | ÉRIKA KOKAY - PT | . | | | X |
| | EURIDES BRITO - PMDB | X | | | |
| | JAQUELINE RORIZ - PSDB | . | X | | |
| | LEONARDO PRUDENTE - DEM | X | | | |
| | MILTON BARBOSA - PSDB | . | X | | |
| | PAULO RORIZ - DEM | X | | | |
| | PAULO TADEU - PT | . | X | | |
| | PEDRO DO OVO - PMN | X | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO - PSL | X | | | |
| | REGUEFE - PDT | . | X | | |
| | ROGÉRIO ULYSSES - PSB | X | | | |
| | ROBERTO LUCENA - PMDB | X | | | |
| | WILSON LIMA - PR | X | | | |
| | ALÍRIO NETO - PPS | X | | | |
| | TOTAL | 14 | 05 | | 05 |

| | | |
|------|------------------------------------|------------------|
| ASSP | SECRETÁRIO DEP. <u>WILSON LIMA</u> | ASSP Nº <u>1</u> |
| | | Fls.º |

| | | | |
|-------------|-----------|----------------|-------------------------------------|
| VOTOS "SIM" | <u>14</u> | VETO MANTIDO | <input checked="" type="checkbox"/> |
| VOTOS "NÃO" | <u>05</u> | VETO REJEITADO | <input type="checkbox"/> |
| ABSTENÇÃO | <u>-</u> | | |
| AUSÊNCIAS | <u>05</u> | | |



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 41 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 14 votos favoráveis, 5 votos contrários e 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 4:

Apreciação do veto parcial ao art. 13 do Projeto de Lei Complementar nº 56, de 2007, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a criação do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS, institui o Conselho Gestor do FUNDHIS e dá outras providências".

Relator: Deputado Milton Barbosa – CCJ.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir o relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº /2008

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO PARCIAL** oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 56/2007, que “Dispõe sobre a criação do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social – FUNDHIS e institui o Conselho Gestor do FUNDHIS , e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto parcial ao Projeto de Lei Complementar nº 56/2007. O veto oposto incidiu sobre o art. 13 da proposição.

O projeto, de autoria do Poder Executivo, trata da criação do Fundo Distrital de Habitação de Interesse Social e da instituição do Conselho Gestor do Fundo.

A proposição define: os objetivos e as fontes de custeio do Fundo, as competências do Conselho Gestor, a aplicação dos recursos do Fundo, além de introduzir alterações na Lei nº 4.020/2007.

Tramitando em regime de urgência, o projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça – CCJ, de Assuntos Fundiários – CAF, e de Economia, Orçamento e Finanças – CEOF.

A proposição recebeu, durante sua tramitação, sete emendas do relator da CCJ, uma emenda e uma subemenda do relator da CEOF e cinco emendas de Plenário. Na votação da matéria, o texto foi aprovado, com a inclusão de todas as emendas.

Uma das emendas aprovadas introduziu dispositivo, que se tornou o art. 13 do projeto. A finalidade dessa emenda foi a alteração do art. 26 da Lei nº 3.877/2006, para determinar que os recursos arrecadados no âmbito dos programas habitacionais de interesse social constituem receita do FUNDHIS.



Ao vetar esse dispositivo, o Chefe do Poder Executivo aponta conflito de legislação. Afirma aquela autoridade que o artigo vetado entra em choque com o que estabelece a Lei nº 4.020/2007, em seu art. 6º, inciso VI:

Concluindo seu arrazoado, o Governador assinala que "O Veto é necessário a fim de evitar que haja divergência de interpretação da aplicação dos dispositivos mencionados, seja pelos gestores das Unidades Orçamentárias envolvidas, seja pelos órgãos de controle e fiscalização."

Essas são as informações que consideramos necessárias para que a Câmara Legislativa delibere sobre o veto oposto.

Sala das Comissões,

Deputado _____
Presidente

Deputado MILTON BARBOSA
Relator



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 42 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 12/08/2008

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S): Art. 13
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) 56/07
 PROJETO DE LEI Nº(S) _____

Autor: Deputado(a): _____

 ExecutivoRelator: Deputado(a): Milton Barbosa

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | SIM | NÃO | ABST | AUS |
|-----|--------------------------------|-----|-----|------|-----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | X | | | |
| | BENÍCIO TAVARES - PMDB | | | | X |
| | BERINALDO PONTES - PP | X | | | |
| | BISPO RENATO - PR | X | | | |
| | BRUNELLI - DEM | | | | X |
| | CABO PATRÍCIO - PT | | X | | |
| | CHICO LEITE - PT | | | | X |
| | CRISTIANO ARAÚJO - PTB | X | | | |
| | DOCTOR CHARLES - PTB | | | | X |
| | ELIANA PEDROSA - DEM | X | | | |
| | ÉRIKA KOKAY - PT | | | | X |
| | EURIDES BRITO - PMDB | X | | | |
| | JAQUELINE RORIZ - PSDB | X | | | |
| | LEONARDO PRUDENTE - DEM | X | | | |
| | MILTON BARBOSA - PSDB | X | | | |
| | PAULO RORIZ - DEM | X | | | |
| | PAULO TADEU - PT | | X | | |
| | PEDRO DO OVO - PMN | X | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO - PSL | X | | | |
| | REGUFFE - PDT | | X | | |
| | ROGÉRIO ULYSSES - PSB | X | | | |
| | ROBERTO LUCENA - PMDB | X | | | |
| | WILSON LIMA - PR | X | | | |
| | ALÍRIO NETO - PPS | X | | | |
| | TOTAL | 16 | 3 | | 5 |

| | | |
|------|------------------------------------|---------------------------------|
| ASSP | SECRETÁRIO DEP. <u>WILSON LIMA</u> | ASSP Nº _____ Fls.º _____ |
|------|------------------------------------|---------------------------------|

| | | | |
|-------------|----|----------------|---|
| VOTOS "SIM" | 16 | VETO MANTIDO | X |
| VOTOS "NÃO" | 03 | VETO REJEITADO | |
| ABSTENÇÃO | - | | |
| AUSÊNCIAS | 05 | | |



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 43 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis, 3 votos contrários e 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Foi solicitada pelo Deputado Paulo Tadeu – eu gostaria que a Liderança observasse isso – a inversão da pauta para que não votássemos o item nº 2, que trata do veto, para esperarmos a chegada do Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o Deputado Reguffe tem sido muito correto nessa questão do cumprimento do Regimento Interno, e eu gostaria até de saudá-lo por isso.

O item nº 2, além de não termos a presença ainda do Deputado Rôney Nemer, cria despesas para um segmento da sociedade. Seria muito oportuno, talvez, até muito prudente, que pudéssemos amanhã, se o Deputado Reguffe concordar com isso, votar esse item. Poderíamos fazer uma discussão, inclusive, com os interessados, com os próprios representantes dos segmentos, que são as áreas de hipermercados e supermercados.

A minha preocupação, Deputado Wilson Lima, é a de que não existe almoço grátis. Se uma despesa for imputada para um determinado segmento, especialmente na questão dos supermercados, certamente eles vão repassar o custo desse serviço para os seus produtos, e quem vai acabar pagando por essa conta é o consumidor. Então, entendo a relevância e a importância da geração de empregos deste projeto do Deputado Rôney Nemer, por isso faço este apelo ao Deputado Reguffe. Que possamos votar os dois itens acordados: o Projeto de Lei nº 937, que trata da questão da Rodoviária, e o Projeto de Lei que trata do nome de Israel Pinheiro para os viadutos que serão inaugurados no próximo sábado. Faço esse apelo, pela relevância, naturalmente, se for possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Esta Mesa consulta o Deputado Reguffe, pela Liderança do PDT, se S.Exa. concorda com o pedido apresentado pelo Deputado Leonardo Prudente.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 44 |

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Líder do Governo, Deputado Leonardo Prudente, foi muito delicado. Agora, quero dizer o seguinte: eu não posso votar favorável a um projeto que eu não tenha total conhecimento das suas conseqüências.

Os Deputados têm de estudar todos os projetos que votam, de acordo com a responsabilidade que eles possuem, e dizer "sim" ou "não" de acordo com a consciência de cada um deles. Eu votei favorável ao projeto da Rodoviária da forma que estava como concessão. Agora, dar o terreno para a iniciativa privada, eu sou contra. Esse novo dado deveria estar no projeto anterior, no projeto original. Eu não concordo com esta mudança no projeto. Então, se este projeto for votado hoje, defenderei que seja seguida a regra e que sejam apreciados todos os vetos antes de se votar o projeto. Será melhor que o projeto da Rodoviária fique para amanhã, para que os Deputados possam estudá-lo. Se não for o caso, a pauta deve ser seguida, até porque a população quer que esta Casa vote, e vote o que está na pauta e não o que está fora dela. Os Deputados são pagos para votar e têm de votar. É a responsabilidade deles. Não concordo que sejam incluídos projetos na pauta sem que os Deputados tomem conhecimento deles, para serem votados de uma hora para outra. Isso não é correto.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Item nº 2:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 2.582, de 2006, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "dispõe sobre a disponibilização de equipe de salvamento nos hipermercados e supermercados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Relator: Deputado Milton Barbosa - CCJ.

Solicito ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que faça a leitura do relatório sobre o veto.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para proceder à leitura do relatório.) – Sr. Presidente, relatório sobre o veto apostado ao Projeto de Lei nº 2.582, de 2006, de autoria do Deputado Rôney Nemer, que "dispõe sobre a disponibilização de equipe de salvamento nos hipermercados e supermercados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em suas razões de veto, o Governador assinala que o projeto, em que pese a nobreza dos propósitos do autor, esbarra em impedimentos constitucionais absolutamente insuperáveis.

Afirma aquela autoridade que a inconstitucionalidade se dá pela ausência de interesse público, conforme disciplinado na Lei Orgânica, e passa a transcrever o art. 74, § 1º.

Pelas razões que apresenta, o Governador solicita a manutenção do veto pela Câmara Legislativa.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 45 |

Estas são as informações que julgamos necessárias para que os Parlamentares deliberem sobre o veto.

Sr. Presidente, é o seguinte o relatório:

RELATÓRIO Nº /2008

Da **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA** sobre o **VETO TOTAL** oposto ao Projeto de Lei nº 2.582/2006, que “Dispõe sobre a disponibilização de equipe de salvamento nos Hipermercados e Supermercados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

RELATOR: Deputado MILTON BARBOSA

Nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal comunica a esta Casa que opôs veto total ao Projeto de Lei nº 2.582/2006.

De autoria do nobre Deputado Rôney Nêmer, o Projeto de Lei nº 2.582/2006 tem por objetivo obrigar os hipermercados e os supermercados do Distrito Federal a disponibilizarem equipe de salvamento, para atendimento de emergências. A norma se aplica aos estabelecimentos com atendimento diário igual ou superior a mil clientes/dia.

O parágrafo único artigo 1º da proposição determina que as equipes devem contar com veículo tipo ambulância e profissionais paramédicos. Já o artigo 2º prevê a obrigatoriedade de existência de espaço para pré-atendimento, com todos os medicamentos para o atendimento emergencial.

Segundo a proposta, o descumprimento acarretará multa de R\$ 1.000,00, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei. Esse valor será reajustado anualmente com base na variação do IPCA.

Para justificar sua iniciativa, o autor afirma: “A presente proposição visa garantir aos cidadãos brasileiros a segurança física dentro dos

estabelecimentos mencionados". Acrescenta que a competência para legislar sobre a matéria está garantida pelo artigo 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

Distribuído às Comissões de Segurança e de Constituição e Justiça, o projeto foi arquivado ao final da última legislatura, tendo retomado sua tramitação normal a partir da aprovação do Requerimento nº 91/2007.

Na Comissão de Segurança, foi apresentada emenda, de autoria do Deputado Reguffe, com a finalidade de suprimir o parágrafo único do artigo 1º, por ser considerada imprópria a determinação ali contida.

As duas Comissões aprovaram o projeto, acatando a emenda apresentada.

Examinada pelo Plenário da Casa, a proposta foi aprovada e encaminhada à sanção do Governador.

Em suas razões de veto, o Governador assinala que o projeto, em que pese a nobreza dos propósitos do autor, "*esbarra em impedimentos constitucionais absolutamente insuperáveis*".

Afirma aquela autoridade que a inconstitucionalidade se dá pela ausência de interesse público, conforme disciplinado na Lei Orgânica, no dispositivo a seguir:

"Art. 74. Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será ele enviado ao Governador que, aquiescendo, o sancionará e promulgará.

§1º – Se o Governador do Distrito Federal considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, veta-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, os motivos de veto ao Presidente da Câmara Legislativa.

(...)"



Pelas razões que apresenta, o Governador solicita a manutenção do veto pela Câmara Legislativa.

Essas são as informações que julgamos necessárias para o que os parlamentares desta Casa deliberem sobre o veto oposto.

É o relatório.

Sala das Comissões,

Deputado _____
Presidente

Deputado MILTON BARBOSA
Relator



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 46 |

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, como Líder, solicito o uso da palavra para encaminhar a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu já externei que votarei "sim". Como esse projeto não interfere nas relações com o Governo, libero a bancada do Governo para que cada um possa votar de acordo com a sua consciência.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) – Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DATA 12/08/2008

ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DE VETO

 VETO TOTAL VETO(S) PARCIAL(S) A0(S) : _____

 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____

 PROJETO DE LEI Nº(S) 2582/06
Autor: Deputado(a): Rôney Neman ExecutivoRelator: Deputado(a): Milton Barbosa

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | SIM | NÃO | ABST | AUS |
|-----|--------------------------------|-----|-----|------|-----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS - PRP | . | X | | |
| | BENÍCIO TAVARES - PMDB | . | | | X |
| | BERINALDO PONTES - PP | X | | | |
| | BISPO RENATO - PR | X | | | |
| | BRUNELLI - DEM | . | | | X |
| | CABO PATRÍCIO - PT | . | X | | |
| | CHICO LEITE - PT | . | | | X |
| | CRISTIANO ARAÚJO - PTB | | X | | |
| | DOUTOR CHARLES - PTB | | | | X |
| | ELIANA PEDROSA - DEM | | X | | |
| | ÉRIKA KOKAY - PT | | | | X |
| | EURIDES BRITO - PMDB | X | | | |
| | JAQUELINE RORIZ - PSDB | | X | | |
| | LEONARDO PRUDENTE - DEM | X | | | |
| | MILTON BARBOSA - PSDB | | X | | |
| | PAULO RORIZ - DEM | X | | | |
| | PAULO TADEU - PT | | X | | |
| | PEDRO DO OVO - PMN | X | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO - PSL | X | | | |
| | REGUFFE - PDT | | X | | |
| | ROGÉRIO ULYSSES - PSB | X | | | |
| | ROBERTO LUCENA - PMDB | | X | | |
| | WILSON LIMA - PR | X | | | |
| | ALÍRIO NETO - PPS | X | | | |
| | - TOTAL | 10 | 09 | | 05 |

| | | |
|-------------|------------------------------------|--|
| ASSP | SECRETÁRIO DEP. <u>NILSON LIMA</u> | ASSP Nº <u>1</u> |
| VOTOS "SIM" | <u>10</u> | VETO MANTIDO <input checked="" type="checkbox"/> |
| VOTOS "NÃO" | <u>09</u> | VETO REJEITADO <input type="checkbox"/> |
| ABSTENÇÃO | <u>-</u> | |
| AUSÊNCIAS | <u>05</u> | |



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 47 |

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havia votado "sim". Retifico meu voto para "não".

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está registrada a retificação do voto do Deputado Cristiano Araújo.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 10 votos favoráveis, 9 votos contrários. Houve 5 ausências.

Total de votantes: 19.

Fica mantido o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, considerando que apreciamos os vetos e que há acordo para votarmos apenas dois projetos nesta noite, solicito a V.Exa. que inclua na ordem do dia, para deliberação, o Projeto de Lei nº 937, que trata da questão da Rodoviária, e o Projeto de Lei nº 940, que dá nome de Israel Pinheiro ao complexo de viadutos edificadas na Estrada Parque Taguatinga-Guará.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Acato a solicitação de V.Exa.

Os projetos estão incluídos na pauta como itens extrapauta.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito inclusão em pauta do item nº 24, Requerimento nº 1.032, que trata da auditoria pública que promoveremos no dia 29 de agosto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado Roberto Lucena, o projeto já está na pauta. Acato a solicitação de V.Exa. Havendo *quorum*, apreciaremos o requerimento.

Item extrapauta:



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 48 |

Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 937, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Distrito Federal a alienar a área que especifica".

A Presidência designa o Deputado Berinaldo Pontes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Berinaldo Pontes, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO BERINALDO PONTES (PP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 937, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Distrito Federal a alienar a área que especifica".

Esta comissão não vê nenhum óbice à aprovação do projeto. Somos, portanto, no âmbito desta comissão, por sua admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CEOF está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Eurides Brito, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA EURIDES BRITO – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Solicito à Relatora, Deputada Eurides Brito, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 937, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Distrito Federal a alienar área que especifica", encaminhado pela Mensagem nº 250/2008.

A Lei Complementar nº 758, de 24 de março de 2008, "desafeta bem público de uso comum do povo no Trecho 4 do Setor de Múltiplas Atividades Sul – SMAS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I e dá outras providências".

A lei nº 4.143, de 5 de maio de 2008, "autoriza o Governo a conceder a exploração do serviço público que especifica", que é a do Terminal Rodoviário.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 49 |

Nesse sentido, o Lote 6/6 é alienado, mediante dação em pagamento, no edital de concorrência pública que o projeto determina, mas a assinatura do contrato de concessão está condicionada à aprovação do presente projeto de lei, que autoriza o Distrito Federal a alienar o Lote 6/6, sem a qual não será possível ultimar o procedimento.

Portanto, Sr. Presidente, trata-se de autorização desta Casa para que o Governo do Distrito Federal fique autorizado a alienar a área que especifica, que é o Lote 6/6 do SMAS – Setor de Múltiplas Atividades Sul. Para melhor identificação, trata-se do trecho ao lado, lindeiro à atual Estação Rodoferroviária.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, precisamos discutir o modelo de Estado que queremos. O atual modelo de Administração Pública está completamente desmoralizado perante a opinião pública, perante o contribuinte, porque ele serve aos agentes políticos, mas não serve ao contribuinte. Não é um modelo que devolve serviços públicos de qualidade à população, considerando os impostos que a população paga, e é um modelo que infesta a estrutura do Estado de cargos comissionados que atendem muito mais a interesses políticos do que ao fim do Estado, que é servir à população.

Eu era favorável ao projeto inicial da Rodoviária. A Rodoferroviária do Distrito Federal hoje é um lixo, é uma porcaria. A porta de entrada de Brasília, do Distrito Federal, não está à altura do que deveria ser a desta Capital da República. Então, fui favorável ao projeto. Por quê? A Rodoferroviária dava um prejuízo mensal aos cofres públicos de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Ela tinha uma receita de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e uma despesa de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), ou seja, o Governo queima ali duzentos e cinquenta mil reais que poderiam estar na Educação pública, na Saúde pública. Nesses setores é onde deveria estar o dinheiro público. Pelo menos são as áreas precípuas onde deveria se encontrar o dinheiro do contribuinte.

Só que eu votel favoravelmente a um projeto que dava uma concessão. E no processo de concessão, se a empresa não está prestando o serviço a contento,



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 50 |

cassa-se a concessão, o Governo apenas regula, fiscaliza, tem o controle da qualidade do serviço. O que o Governo fez? Agora resolveu mudar o projeto. Ao invés de ser uma concessão, o Governo está dando a propriedade a esta empresa. Uma área que antes das obras deveria valer R\$ 45 milhões passará a valer R\$ 140 milhões. Aí eu não concordo. Isso enriquece empresários e não preserva o interesse público. Então, não posso concordar.

Se fosse concessão, a empresa que ganhasse deveria administrar as lojas da nova Rodoviária, dessa forma eu estaria de acordo. Na concessão, o Governo fiscalizaria a qualidade do serviço e, se não estivesse sendo bem prestada, a concessão seria cassada. Agora, o Governo dar de bandeja o terreno para a empresa vencedora, eu sou contrário. Não é isso que preserva os impostos que os contribuintes duramente pagam nesta cidade. Por isso, agora votarei contrariamente ao projeto, porque em minha opinião este projeto não zela pelo maior interesse ao qual os governos deveriam servir, que é o interesse dos contribuintes, daqueles que pagam duramente os seus impostos e que só querem que o dinheiro dos seus impostos consiga ser devolvido em serviços públicos de qualidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de dizer que a bancada do Partido dos Trabalhadores votará novamente contrariamente ao projeto. Até porque, Deputado Reguffe, quando votamos contrariamente ao projeto, nós já sabíamos e estava claro que o lote seria doado à empresa que ganhasse a concessão para administração da Rodoviária de Brasília. Que Brasília precisa de uma Rodoviária adequada para a Capital da República todo mundo sabe. Agora, conceder um lote que hoje vale em torno de 40 milhões de reais, que é dinheiro e patrimônio público, do povo do Distrito Federal, é no mínimo uma incoerência, um absurdo. Principalmente para um Governo que diz em público o tempo todo, nos meios de comunicação, que até mesmo os lotes doados nos programas habitacionais devem ser cobrados, porque nada deve ser dado, porque é patrimônio público e a TERRACAP e a CODHAB não podem dar.

O Deputado Paulo Roriz, que com toda certeza será Secretário de Habitação, tem conhecimento disso. É um patrimônio de Brasília, um lote de 40 milhões de reais, como disse o Deputado Reguffe, que poderá ser avallado em mais de 100 milhões de reais. Que lucro esta empresa não terá! E o Deputado Cristiano Araújo também disse isso hoje. É favorecer e privilegiar os empresários da cidade e os que também não são da cidade em detrimento do povo pobre e humilde do Distrito Federal. Porque esses recursos poderiam ser destinados para a área de interesse social, ou no mínimo, para o FUNDHIS, cujo projeto foi aprovado e teve alguns artigos vetados pelo Governador do Distrito Federal.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 51 |

As incoerências que os projetos do Governo trazem a esta Casa são essas, Deputado Reguffe. Porque quando o projeto veio para esta Casa, foi alegado que a Rodoviária dava um prejuízo de duzentos e cinquenta milhões de reais por ano, mil reais por mês. E, agora, o Governo dá o lote. Como é que um governo que tem prejuízo pode doar um lote nessas condições e desse valor. Agora, é um Governo do empresariado, os Secretários são quase todos empresários. O primeiro escalão do Governo é quase todo formado por empresários. Com certeza, tem que beneficiar empresários, Deputado Milton Barbosa, e não a população carente, com assistência social e programas sociais.

Várias empresas estão saindo de Brasília, e o desemprego está aumentando. Quanto o Governo deixou de arrecadar? Um governo de auto-gestão, que herdou do governo anterior uma dívida de 700 milhões de reais, que não responsabilizou ninguém – porque ninguém foi culpado até agora - e que sobrevive, diuturnamente, com recursos do Governo Federal, com recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal. O Governo do Distrito Federal é um apêndice da União. Essa é a verdade.

O Governo Lula, inclusive, tem que repensar a sua relação com o único governo de oposição ao seu governo, que é o Governo do Distrito Federal, o governo do DEM, porque o DEM faz oposição ao Governo Federal no Congresso Nacional. Agora, ao inaugurar uma obra diz que vieram recursos da União, mas em nenhum momento coloca isso no decorrer das obras. Existem placas, de quatro por quatro, escrito: "obra do GDF"; e com trinta centímetros, escrito: "Brasil, um país de todos".

Esse é o retorno que o Governo do Distrito Federal e o Governador Arruda têm em consideração com o Governo Lula. Por isso, inclusive, tivemos hoje uma reunião na Casa Civil, porque o Governo Federal tem que repensar a sua posição com o governo local, tem que pensar no melhor para o Distrito Federal, mas sem explorar a classe trabalhadora, favorecendo o empresariado que forma o primeiro escalão, e aí forma o Governo Arruda.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito que a votação se dê em processo nominal.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 52 |

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



REGISTRO DE VOTAÇÃO NOMINAL DAS PROPOSIÇÕES EM PLENÁRIO

VOTAÇÃO EM 1º TURNO 2º TURNO TURNO ÚNICO

REDAÇÃO FINAL EM / / /2008

- PARECER ORAL REJEIÇÃO PROJETO FAVORÁVEL PROJETO/EMENDA(S) (VIDE ANEXO)
 CCJ CEOF CAS CDDH CEDP CAF CDC CES CSEG CDESCMAT M.DIR. COM.ESP.
 PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº(S) _____
 PROJETO DE LEI Nº(S) 937/08
 PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº(S) _____
 PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº(S) _____
 RECURSO Nº (S) _____
 REQUERIMENTO Nº (S) _____
 OUTROS _____
 VOTO EM SEPARADO _____

Autor: Deputado(a): _____

Executivo

Relator: Deputado(a): _____

| P/S | NOME DO DEPUTADO(A) | PART | SIM | NÃO | ABST | AUS | DV |
|-----|--------------------------|------|-----|-----|------|-----|----|
| | BATISTA DAS COOPERATIVAS | PRP | X | | | | |
| | BENÍCIO TAVARES | PMDB | X | | | | |
| | BERINALDO PONTES | PP | X | | | | |
| | BISPO RENATO | PR | X | | | | |
| | BRUNELLI | DEM | . | | | X | |
| | CABO PATRÍCIO | PT | . | X | | | |
| | CHICO LEITE | PT | . | | | X | |
| | CRISTIANO ARAÚJO | PTB | X | | | | |
| | DOUTOR CHARLES | PTB | . | | | X | |
| | ELIANA PEDROSA | DEM | X | | | | |
| | ÉRIKA KOKAY | PT | . | | | X | |
| | EURIDES BRITO | PMDB | X | | | | |
| | JAQUELINE RORIZ | PSDB | X | | | | |
| | LEONARDO PRUDENTE | DEM | X | | | | |
| | MILTON BARBOSA | PSDB | X | | | | |
| | PAULO RORIZ | DEM | X | | | | |
| | PAULO TADEU | PT | . | X | | | |
| | PEDRO DO OVO | PMN | X | | | | |
| | RAIMUNDO RIBEIRO | PSL | X | | | | |
| | REGUFFE | PDT | . | X | | | |
| | ROBERTO LUCENA | PMDB | X | | | | |
| | ROGÉRIO ULYSSES | PSB | X | | | | |
| | WILSON LIMA | PR | X | | | | |
| | ALÍRIO NETO | PPS | X | | | | |
| | TOTAL | --- | 17 | 03 | | 04 | |

*P/S - PRESIDENTE/SECRETÁRIO

SECRETÁRIO DEP. BENÍCIO PONTES

CONSOLIDADO POR

ASSINATURA

MAT.

ASSP/ Nº /

FOLHA Nº



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 53 |

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis, 3 votos contrários. Houve 4 ausências.

Está aprovado o projeto em primeiro turno.

A matéria segue a tramitação regimental.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe para declaração de voto.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero registrar o meu protesto pelo fato de o Governo ter enviado a esta Casa um novo projeto sobre a rodoviária. A proposta anterior para concessão era muito melhor que a proposta que dá um terreno para a iniciativa privada. No projeto anterior, o Governo continuava como proprietário do terreno e simplesmente a concessão do serviço passava para a iniciativa privada. Cabia ao Governo regular e fiscalizar com rigor a qualidade desse serviço. Em minha opinião, deveria ser o seu papel. A doação do terreno para iniciativa privada não é correta. A área inicialmente terá um valor e, após as obras, esse terreno será supervalorizado e entregue a uma empresa. Não acho que isso preserve o interesse público.

Por isso, votei contrariamente a esse projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 940, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dá o nome de Israel Pinheiro ao complexo de vladutos edificado na Estrada-Parque Taguatinga-Guará e dá outras providências”.

(Assume a Presidência o Deputado Berinaldo Pontes.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) – Solicito ao Relator, Deputado Wilson Lima, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 940, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que “dá o nome de Israel Pinheiro ao complexo de vladutos edificado na Estrada-Parque Taguatinga-Guará e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão já analisamos a presente proposta e não encontramos nenhum óbice que obstaculize a matéria.

Portanto, somos pela sua aprovação.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



| Data | Horário Início | Sessão/Reunião | Página |
|----------------|----------------|----------------------|--------|
| 12 08 2008 | 15h25min | 61ª SESSÃO ORDINÁRIA | 54 |

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wilson Lima.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – A Presidência designa o Deputado Pedro do Ovo para emitir parecer ao Projeto de Lei nº 940, de 2008.

Solicito ao Relator, Deputado Pedro do Ovo, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PEDRO DO OVO (PMN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 940, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dá o nome de Israel Pinheiro ao complexo de viadutos edificado na Estrada-Parque Taguatinga-Guará e dá outras providências".

Sr. Presidente, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da CCJ está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 940, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A sessão será encerrada sem prejuízo da questão de ordem do Deputado Roberto Lucena. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para votação, em segundo turno, dos Projetos de Lei nº 940, de 2008, e nº 937, de 2008.

Esta encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h21min.)